



ESTIMATIVAS DO OGE /2022

Receitas do IVA crescem mais de 18%, apesar do corte na taxa

TRIBUTAÇÃO. A redução do IVA de 14% para 7% não afecta as previsões do aumento das receitas com o imposto. Dos 987,7 mil milhões previstos para 2021, a arrecadação salta para os 1,172 biliões de kwanzas. O Governo justifica-se com o esperado crescimento económico. Pág. 8



I SEMESTRE

Alimenta Angola factura 60 milhões de dólares

Pág. 12

BENNY YING, EMPRESÁRIO E DONO DA JETOUR ANGOLA



"A China teria mais mil milhões de habitantes, se tivesse as terras agrícolas que existem em Angola"

Págsa. 4 a 6

DEPOIS DO CEIC

IFI reafirma sexta recessão da economia angolana

Pág. 28

QUEREM TAMBÉM COBRANÇAS EM KWANZAS

Empresários exigem redução das taxas portuárias

Pág. 10



Editorial

QUEM SERÃO OS ACCIONISTAS DO BANCO ECONÓMICO?

É preciso repeti-lo todas as vezes que forem necessárias. O Governo não pode apregoar o incremento da transparência no sector financeiro, ao mesmo tempo que os angolanos são confrontados com decisões repletas de opacidade em processos que impactam especificamente na reputação da banca. E, de forma geral, na credibilidade da economia e do país.

Vem isso a propósito da já anunciada medida de recapitalização do Banco Económico, que implica o simultâneo recurso aos seus principais depositantes. Mantendo-se fiel a uma certa tradição de aversão à transparência, o Banco Nacional de Angola (BNA) foi utilizando uma linguagem ininteligível, quando directamente questionado sobre os nomes dos futuros accionistas a serem seleccionados da carteira de depositantes. Tão incompreensível

é a postura do regulador, sobretudo quando se sabe que há questões de natureza ética e de idoneidade que não podem ser jogadas para debaixo do tapete. Já que suscitam particular interesse neste banco por razões históricas óbvias.

Ainda que a contragosto de governantes do BNA, a generalidade dos angolanos quer saber quem são esses depositantes que se vão tornar accionistas de um banco, originário de outro com o histórico particular de trapaças que custaram biliões até hoje com explicações incompletas, senão mesmo desconhecidas. Aos angolanos interessa perceber, por exemplo, se não há o risco de termos dinheiro eventualmente roubado do extinto Banco Espírito Santo Angola a ser transformado agora em capital accionista no seu derivado Banco Económico. E para que essas legítimas suspeições sejam esclarecidas, é crucial que o BNA explique publicamente que estão sanadas todas as matérias que coloquem em xeque a idonei-

dade de algum dos eventuais novos accionistas. E se, por hipótese, restarem receios sobre um ou outro accionista específico, será igualmente fundamental que o BNA se mostre disponível a esclarecê-las ao detalhe, com a transparência à altura das dúvidas. Afinal, nesta fase em que se propala a obrigatória verificação da licitude dos capitais que circulam na economia, e muito particularmente na banca, isto é mínimo que se exige a José de Lima Massano e à sua equipa.

Este tipo de exigências deve ser extensivo, aliás, com a mesma firmeza, a processos como o das privatizações dos activos do Estado. O desespero do Governo em desfazer-se de bens que pertencem aos angolanos – para ver as metas do Propriv menos definidas – não pode justificar ‘desleixos’ quanto à transparência e à licitude dos recursos dos compradores. Porque a existirem perguntas incómodas, mais tarde ou mais cedo, serão feitas. Não haja dúvidas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FERNANDO SOLINHO,
vice-presidente da APN

Como a Associação de Pescas do Namibe (APN) recebeu a proposta do Governo de redução de 14 para 7% do IVA?

Fica uma grande indefinição, numa altura em que estamos na época de consumo. Estamos à porta da quadra festiva e, com ela, a elevada procura em termos e oferta de produtos. Logo, fica difícil aferir quando ainda não temos uma definição.

O que falta definir?

O melhor seria que todo o produto nacional estivesse isento do IVA. Refiro-me, por exemplo, aos produtos do mar e derivados. Taxá-los a 14%? Porquê? Então, se isso não se resolver, o recurso será potenciar o mercado informal, com todas as consequências daí decorrentes.

O que pretende reclamar com isso?

Adormecemos na agricultura familiar, mas é o pior que há porque nunca teremos agricultura familiar a produzir para exportar. A procura interna será sempre maior. Namibe é o celeiro do peixe, mas sabia que, desde que o ministro da tutela tomou posse, nunca cá veio? Estou há mais de 40 anos no sector e, como africano, uma reunião sem o chefe não tem valor. Estou à espera que o Presidente venha a esta província e agradecer-lhe por arrastar o titular da Agricultura e Pescas para ouvir o que temos a dizer.

26

TERÇA-FEIRA

O embaixador da Noruega em Angola, Kikkan Haugen, declara que o seu país “tem promovido” a adesão de Angola à iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas, plataforma que deve concorrer para melhor gestão na exploração dos recursos naturais angolanos.

27

QUARTA-FEIRA

O presidente do MPLA, João Lourenço, é o primeiro militante do partido no poder em Angola a formalizar a candidatura à liderança do partido, visando o congresso ordinário dos ‘camaradas’, marcado para Dezembro.

28

QUINTA-FEIRA

Jomo Fortunato é exonerado de ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, cargo para o qual havia sido nomeado em Outubro de 2020. Fez apenas um ano e dois dias no cargo, tendo sido o quarto a ocupar as referidas pastas em quatro anos.



SEGUNDA-FEIRA

Isaías Samakuva, que voltou à presidência da Unita depois do afastamento de Adalberto Costa Júnior, na sequência da anulação do XIII Congresso deste partido, é reempossado como membro do Conselho da República.

29

SEXTA-FEIRA

O académico Filipe Zau toma posse, no Palácio da Cidade Alta, como novo ministro da Cultura, Turismo e Ambiente. Um dia antes havia sido nomeado no cargo e, consequentemente, afastado do Conselho da República.



30

SÁBADO

Presidente nega que pretenda exonerar os conselhos de administração da Sonangol e da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, considerando tratar-se de “mera especulação” e que é “muito discreto” na hora de fazer mudanças.



1

DOMINGO

O Presidente da República, João Lourenço, lamenta a “morte prematura” de Albano da Silva Lussati, membro do Conselho Económico e Social, afirmando que recebeu com “sentimento de pesar da triste notícia”.



COTAÇÃO



‘VERMELHO’ NAS BOLSAS EUROPEIAS...

A pesar da abertura no vermelho, a negociação mista caracterizou as bolsas europeias, nesta terça-feira. O sector mineiro foi o que registou o pior desempenho, com os futuros do ferro a ampliarem as perdas devido à redução da produção de aço na China...



... PETRÓLEO EM QUEDA

O preço do petróleo teve o mesmo desempenho que o do sector mineiro, ou seja, ficou-se no vermelho. Todavia, mantém-se perto dos máximos de três anos. O Brent, referência do petróleo angolano, recuou 0,57% para 84,23 dólares, enquanto o WTI cedeu 0,84% para 83,34 dólares por barril. Ambos para entrega em Novembro.

Entrevista

BENNY YING, EMPRESÁRIO E DONO DA JETOUR ANGOLA

“Nos próximos anos, as marcas chinesas de automóveis vão ocupar visivelmente o mercado angolano”

Reconhece que as marcas chinesas não teriam espaço em Angola, se concorrentes como a Kia, a Hyundai e outras praticassem os mesmos preços, mas acredita que os carros chineses podem impor-se. Em Angola desde 2008, diz não entender as razões de o país falar há vários anos em diversificar a economia, mas nada acontecer. E acredita que, se as terras subaproveitadas em Angola estivessem na China, o país asiático duplicaria a população.

Por César Silveira

Como resume os dois anos de presença da Jetour em Angola?

Alcanceamos alguns bons resultados e entre os principais factores para alcançar estes resultados está, primeiro e mais importante, o posicionamento estratégico da nossa fábrica. Se a Jetour pretende tornar-se referência no mercado automóvel angolano, precisamos de fazer alguns sacrifícios e ceder alguns lucros para os clientes. Em comparação a outras marcas, inclusive chinesas, temos uma grande diferença a nível dos preços. Este é o factor mais importante pelo qual a Jetour poderá ter sucesso. Em segundo lugar, a nossa empresa, como representante da marca em Angola, tem força económica e acreditamos que isso seja uma garantia para construir algu-

mas infra-estruturas avançadas. Além disso, temos uma experiência de 10 anos no serviço de manutenção e pós-venda. No nosso stand, por exemplo, podemos dizer que é o melhor no continente africano.

Houve mais algum factor determinante?

Sim, um terceiro factor é que constituímos uma boa equipa de promotores locais e temos incentivos para os funcionários. O último ponto é que estamos totalmente integrados no mercado angolano, reforçamos a cooperação com os meios de comunicação tradicionais e estamos muito presentes nas redes sociais. Participamos em grandes exposições e festivais em Angola, o que aumentou a visibilidade da nossa empresa e da nossa marca.

Quando diz que estão a fazer sacrifício, significa que estão a praticar preços abaixo da concorrência?

O motor, a caixa e algumas peças do nosso modelo X70 plus, que custa

O ambiente de negócios em Angola é dos piores do mundo. Se quisermos atrair investimentos, temos de elevar a transparência.

18,5 milhões de kwanzas, são comparáveis ao Hyundai Tucson e ao Kia Sportage, mas o preço é mais baixo. Por norma, os nossos carros, em comparação aos outros com as mesmas referências, são mais baratos em cerca de 10%.

É uma questão de estratégia de penetração no mercado, certamente...

Temos o mercado angolano como alvo e, por isso, pedimos à fábrica

para baixar os preços para o mercado angolano. Recebemos a promessa da fábrica que, nos próximos dois anos, não vai ganhar lucros com as vendas para Angola.

E depois deste período aumentam os preços?

Sim, os preços podem aumentar, mas não significativamente. A nossa empresa está focada na quantidade de vendas, por isso, o preço nunca será muito alto.

Quais são os números de vendas até ao momento?

Como este ano ainda não terminou, não gostaríamos de avançar os números, mas, no ano passado, vendemos mais de mil unidades e este ano queremos duplicar as vendas. Ou seja, queremos vender cerca de duas mil viaturas.

Acha que os angolanos já compram o Jetour por confiar na marca ou fazem apenas pelos preços?

No início, compravam pelo nosso

excelente preço e pelo nosso posicionamento, mas acredito que, nos últimos tempos, muitos compraram não apenas pelo preço, mas porque confiam e gostam dos carros.

Acredita que, se um Jetour estiver ao mesmo preço de um Kia, Hyundai ou Nissan, haverá quem opte em comprar o Jetour?

Apresenta uma hipótese que não existe. As marcas a que se refere são mais maduras no mercado angolano e ocupam uma elevada quota do mercado dos automóveis. Mas os preços e a capacidade de controlo dos custos das marcas não podem ser iguais às das marcas chinesas, sobretudo da Jetour, por isso esta hipótese não existe. Se estas marcas tivessem a capacidade de praticar estes preços, haveria poucos espaços para as marcas chinesas sobreviverem. Mas as marcas chinesas estão a crescer aqui no mercado angolano e os angolanos e africanos gostam dos produtos chineses.

“A nossa expectativa é tornar-se a número um do mercado e acreditamos que vamos conseguir muitos bons resultados.”

Mas por que razão, em termos comparativos, as marcas chinesas não sobreviveriam? Refere-se à diferença na qualidade ou à consolidação no mercado das outras marcas?

As marcas coreanas e japonesas entraram no mercado angolano mais cedo e acumularam algumas experiências operacionais no continente africano. Essa é a uma razão. Por outro lado, na China, há muitas marcas que produzem boa qualidade, mas os povos não conhecem estas marcas e, por não conhecer, não optam por elas. É um dilema, os povos não conhecem e, assim, é difícil esses bons produtos desenvolverem. Mas não podemos esquecer uma realidade: a China é uma grande fábrica de produção de automóveis seja a nível da capacidade de produção, seja a nível da modernidade. O material chinês é igual aos dos padrões internacionais, por isso acredito que, se as marcas chinesas fizerem um bom trabalho de divulgação nos mercados, terão bons resultados.

Há anos, tivemos em Angola algumas marcas chinesas de automóvel que depois desapareceram. Esta situação não dificulta a aceitação da Jetour e de outras marcas chinesas?

Sim, estas marcas causaram algumas dificuldades na aceitação da Jetour, mas as marcas que estiveram cá não estão entre as principais, enquanto a Jetour é a melhor marca do Grupo Chery, que é o maior empregador de automóvel da China. O Jetour tem muitas vantagens. O design é lindo, é um carro espaçoso e tem elevados conteúdos tecnológicos e preços económicos. Com todas estas vantagens, rompemos a situação do passado, estamos a conseguir mudar a forma de pensar do angolano e vamos conseguir sobreviver no mercado angolano.

Em que outros mercados africanos, além de Angola, está presente a Jetour?

Egipto, Argélia, Líbia, Madagáscar. Vamos também lançar na Guiné-Bissau, Nigéria e na Etiópia. Também vamos chegar ao Congo.

E no mundo, Europa, América...?

Os carros de marca chinesa podem entrar no mercado europeu, mas só os carros eléctricos. Por isso, os destinos para onde estamos a exportar os nossos carros são Rússia, Brasil e outros países da América do Sul.



Mário Mujetes © VE

Os clientes podem ficar descansados em relação às peças e acessórios?

Estamos muito preparados. Nos primeiros 10 anos, a actividade será concentrada nos serviços de manutenção e de pós-venda. Compreendemos que a forte competitividade e ou qualidade do produto estará no serviço pós-venda e no fornecimento das peças. É a única maneira para eliminar as preocupações dos consumidores. Para os

próximos 10 a 15 anos garantimos, as peças para cada veículo vendido.

Qual é o volume de investimento já realizado?

Já investimos em Luanda em dois grandes pontos de manutenção, além da nossa sede de alto padrão. Temos ainda cinco pontos de manutenção e lojas em outras províncias. Vamos continuar a expandir a abertura de outras lojas fora de Luanda.

Em termos financeiros, o que representa estes investimentos?

Cerca de 15 milhões de dólares.

Como têm estado a controlar o impacto da inflação?

De Abril de 2019 até hoje, a taxa de câmbio desvalorizou de 340 a 660 kwanzas. É verdade que tivemos algumas perdas nos lucros, o teve impacto na nossa rentabilidade, mas o nosso produto resistiu à prova de desvalorização. Mas

também, como o nosso objectivo é vender determinadas quantidades mesmo passando os lucros para os clientes, então esta situação não tem muito impacto para nós. Já ultrapassámos o período mais difícil. Agora a taxa de câmbio é mais ou menos estável e acreditamos que, no próximo ano, vamos operar melhor.

Que outras marcas têm no portfólio, além da Jetour?

Depois de dois anos de actividade, a nossa experiência evidencia que estamos no caminho certo e, por isso, introduzimos outra marca, a Great Waal. É uma marca excelente, é uma carrinha que se compara à Hilux, mas o preço é de cerca de 60% da Hilux. Contudo, por causa da redução das obras e projectos, o mercado das carrinhas ficou pequeno, daí que não tenhamos ainda vendido muito. Mas continuamos a acreditar que seria ou será uma marca popular. A fábrica do motor desta carrinha é uma das de maior referência na China. Esse motor é o mesmo que usa uma outra marca muito conhecida, a Haval, que é comprável ao Jeep americano.

Expectativa para o futuro tanto para as duas marcas?

A nossa expectativa é torna-se a número um do mercado e acreditamos que vamos conseguir muito bons resultados.

Assim como as demais marcas chinesas, a Jetour não integra a associação das concessionárias. Alguma razão concreta?

Na realidade, também gostaríamos de fazer parte, até porque nos permitiria trocar alguns dados e informações úteis, mas pensamos que a operação não é muito transparente. Por outro lado, como fazem parte desta associação as marcas mais conhecidas e conceituadas no mercado angolano, não acreditavam muito na nossa marca, não acreditavam que teríamos o sucesso e alcançaríamos os níveis que temos hoje. E, como não acreditam nas marcas chinesas, pensamos não fazer muito sentido entrarmos na associação.

Como analisa, em termos mais globais, o mercado angolano de automóvel?

De 2008 a 2014, foi um período dourado para o mercado angolano de venda de automóveis. Segundo

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Mário Marques © VE

as estatísticas, em 2014 registou-se o pico com a venda de cerca de 45 mil unidades, dominadas por marcas como Hyundai, Kia e Toyota. Em 2015, com o início da crise do petróleo, as importações de automóveis caíram acentuadamente e, em 2019, foram importadas menos de quatro mil unidades. Devido à situação económica, a estrutura do mercado automóvel angolano mudou drasticamente. As importações de marcas topo de gama como europeias e japonesas diminuíram drasticamente. A estrutura dos modelos das marcas ajustou-se gradualmente para a venda de veículos de pequena mobilidade. Por exemplo, a Hyundai passou a apostar mais nos modelos como I10 quando, no passado, apostava mais no Tucson e no Santa-Fé. Por outro lado, a recuperação económica vai provocar uma prosperidade no mercado de venda, mas será um aumento gradual e não muito expressivo. A estrutura do mercado angolano necessita de alguma actualização.

Actualização em que sentido?

Nos próximos anos, as marcas chinesas vão ocupar visivelmente o mercado angolano. Vão partilhar o mercado com as marcas japonesas e coreanas. Para o fortalecimento do mercado, é necessário também con-

tar com o sector bancário. Esperamos que os bancos possam oferecer apoio ao crédito de consumo automóvel e que possam baixar a taxa de juro, para criar um ambiente de consumo descontraído. Também é necessário que se melhorem as políticas de seguro automóvel. Os consumidores devem também estar mais atentos ao seguro automóvel. Estes factores ajudarão o mercado automóvel a crescer consideravelmente.

O número de empresas chinesas em Angola reduziu-se consideravelmente. Muitas das empresas que deixaram o país tencionam voltar?

É verdade que o número de empresas diminuiu drasticamente, nos últimos anos, o que é normal numa economia em contração e em mudanças estruturais. Se Angola continuar a melhorar o seu ambiente empresarial, as empresas continuam interessadas a investir em Angola e em vários sectores, mas a estrutura de investimento teria algumas mudanças. As empresas terão mais interesse no sector agrícola e no industrial. Como diz um provérbio chinês, “se um país quer ser mais rico, deve primeiro construir as suas estradas e só depois ganhará riqueza”. Nos primeiros 10 anos, as empresas chinesas participaram na construção de estradas, caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas. Angola deve

aproveitar estas boas condições de infra-estruturas para desenvolver as indústrias. O governo chinês, assim como as empresas, continua interessado em ajudar Angola.

Quais são as principais preocupações quando analisa o ambiente de negócios em Angola?

O ambiente de negócios em Angola é dos piores do mundo. Se quisermos atrair investimentos, temos de elevar o grau de transparência, sobretudo dos serviços bancários. Angola tem muitos recursos naturais. Se melhorar o ambiente de negócios, combater os actos criminosos e reforçar a segurança aos investidores, acreditamos que vai atrair muitos investidores, tanto chineses como de outras nacionalidades.

Falou em criminalidade, há relatos de que muitos cidadãos chineses tenham sido vítimas de crimes orquestrados a partir da China e por outros chineses...

As grandes empresas, se quiserem fazer negócio em Angola, vão respeitar as leis de Angola, por isso Angola pode controlar a taxa de criminalidade e assim atrair muitos investidores. Nós, na China, também vivemos uma situação parecida há 30 anos. Decidimos o que chamamos de ‘era da reforma e de abertura do país’. Também

experimentamos a mesma situação e, para atrair mais investimentos, combatemos o crime e muitos foram mortos. Isso é fundamental para criar um bom ambiente de negócio. Antes disso, a China era um país subdesenvolvido, mas hoje podemos considerar um país desenvolvido...

E...

Há outra situação que o Governo angolano deve fazer: dispersar o seu povo. Não podem viver todos na cidade, devem ir também para os campos, para cultivar e desenvolver a pesca. Por exemplo, o preço da comida está muito alto, mas os salários muito baixos. Assim, é normal que aconteçam muitos crimes. O Governo deve encontrar uma boa maneira de gerir e de orientar o povo. Viajo muito pelo país, há muita terra por cultivar abandonada. Este fenómeno é lamentável. Se várias pessoas trabalharem nestas terras, a fome reduz-se em Angola. Depois do desenvolvimento da agricultura, podemos aumentar gradualmente a indústria e, assim, Angola vai diminuir a dependência que tem da importação. Angola tem muitos recursos naturais, muitas terras agrícolas como é que é possível surgir fome? A China teria mais mil milhões de habitantes, se tivesse as terras agrícolas que existem em Angola. Angola tem recursos melhores que a China.

Se um estrangeiro lhe pedisse conselhos para investir em Angola o que diria?

Aconselharia a investir em áreas de necessidade básicas. Por exemplo comida, roupa, calçados e também aparelhos eléctricos. Entendemos que, para desenvolver, o mais importante é resolver as questões essenciais. A China tem forte capacidade de produção e, com os países africanos, tem uma grande complementaridade. A China pode andar lado a lado com os países africanos para desenvolverem-se. Para o desenvolvimento de Angola, o Governo angolano deve criar condições para atrair as pessoas no sentido de trabalharem nas áreas industriais. Depois de atender a estas necessidades essenciais, aí sim desenvolver outras áreas. Por exemplo, Angola fala há vários anos em diversificar a economia para deixar de depender só do petróleo, mas não acontece nada, porquê? Não consigo entender. O senhor, enquanto jornalista, saberá o que se passa? Eu não consigo perceber.

Perfil

Mais de uma década na venda e manutenção de automóvel

Benny Ying é licenciado em contabilidade pela Universidade de Comércio de Tianjing, desde 1990. Posteriormente trabalhou, durante doze anos, Ningbo Marine Company Limited, empresa com interesse nos ramos hoteleiro, retalho, importação e exportação, tendo desempenhado vários cargos, entre os quais de diretor-geral. A sua ligação com Angola iniciou em 2008 e, desde então, opera na venda e manutenção de viaturas. Em 2009, inaugurou o seu primeiro empreendimento no país, a oficina Chinangol, como resultado de um investimento de 6 milhões de dólares. Em 2014 inaugurou o empreendimento que acolhe actualmente a sede da Jetour Angola.





zäp EMPRESAS

LIGADOS AOS NEGÓCIOS

Ligue-se ao sucesso.

Optimize o seu negócio com a **ZAP Empresas**.

Garanta que a sua empresa está ligada a uma rede de **internet Fibra de alta qualidade** com as velocidades mais rápidas do mercado, com soluções de gestão SD-WAN e a **melhor oferta de canais de TV**.

Contacte-nos e saiba mais sobre os nossos serviços.

Pequenas Empresas

Médias
& Grandes Empresas

Hotéis
& Hospedarias

APOIO AO CLIENTE +244 935 555 800 | suporte.comercial@zapempresas.co.ao

www.zapempresas.co.ao

Economia/Política

OGE 2022

Governo prevê arrecadar mais 18,6% com o IVA

TRIBUTAÇÃO. Governo justifica previsão com a perspectiva de crescimento da economia. Para 2022, estimam-se receitas de mais de 1,172 biliões contra os 987,7 mil milhões esperados este ano.

Por César Silveira

A pesar da redução do IVA de 14% para 7%, o Governo perspectiva arrecadar mais 18,6%, em 2022, com o imposto, comparativamente à previsão deste ano, que prevê receitas de 987,712 mil milhões de kwanzas. Para o próximo ano, está prevista a arrecadação de mais de 1,172 biliões de kwanzas.

Segundo fonte das Finanças, o aumento previsto está suportado na “perspectiva de crescimento económico que faz antever uma matéria colectável maior”.

De acordo com as projecções do Governo, em 2022, “a economia angolana retomará a trajetória de crescimento, esperando-se uma recuperação significativa com uma taxa de crescimento do PIB real de 2,4%”, fixando o PIB nominal estimado em 54,578 biliões de kwanzas contra os 41,999 projectados para 2021.

Em termos do valor das receitas e despesas, regista-se um aumento de mais de 4 biliões de kwanzas ou cerca de 27,5%, face ao OGE de 2021, passando de 14,7 para 18,7 biliões de kwanzas.

Em termos de participação nas receitas globais previstas, a contribuição esperada do IVA reduz cerca de 0,43 pontos percentuais, passando de 6,68% em 2021, para 6,25% em 2022.

A 28 de Outubro, em Conselho de Ministro, o Governo aprovou a redução da taxa do IVA, para 28 produtos, de 14% para 7%, depois de, no dia 15, durante o discurso sobre o Estado da Nação, o Presi-



dente da República ter anunciado a intenção com o objectivo de reduzir o preço dos produtos.

Da lista dos produtos abrangidos constam a carne fresca ou congelada, o peixe congelado ou seco, coxa de frango, leite condensado e em pó, feijão, margarina e ovos. E ainda as batatas rena e doce, bem como açúcar, sal, fuba de milho e de bombó, farinha de trigo, enchidos de carne, pão, óleo alimentar, sabão e água mineral e de mesa.

No entanto, a decisão de reduzir para 7% levanta interrogações sobre a taxa a ser aplicada para os nove produtos que, em Agosto de 2020, tiveram a taxa fixada em 5% depois de estarem isentos em algum período. Alguns dos produtos, como o sabão e o açúcar, por exemplo, constam da lista agora abrangida para terem a taxa fixada em 7% como também fazem parte dos produtos, cuja taxa foi fixada em 5%.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

IVA - Importação	470.715.991.974,002,51
IVA - Outras Receitas	10.642.805.148,00
IVA - Cativo	66.746.335.991,00
IVA - Regime Simplificado	59.486.896.540,00
TOTAL	1.172.356.484.532.006,25

Até ao primeiro semestre do ano, as receitas provenientes da cobrança do IVA estavam fixadas em cerca de 501,592 mil milhões de kwanzas, representando cerca de 51% das previsões para o ano.

PR DEIXA DE TER RESPONSABILIDADE SOBRE OS FUNDOS ESPECIAIS

Contrariamente aos orçamentos anteriores, a Lei do OGE 2022 retira do Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, o dever de regulamentar a “forma de utilização e de prestação de contas dos Fundos Financeiros

desvios de fundos da Casa de Segurança do Presidente da República, pelo incumprimento da obrigatoriedade de regulamentar a forma e utilização dos fundos especiais.

Tal como nos anos anteriores, “são inscritos no Orçamento Geral do Estado para o exercício económico 2022 créditos orçamentais que permitam a criação de Fundos Financeiros Especiais de Segurança, a funcionarem como reserva estratégica do Estado, para a execução das despesas especiais”.

PETRÓLEO A 59 DÓLARES E COM PRODUÇÃO DE 1,147 MILHÕES DE BARRIS/DIA

Estimada em 18,7 biliões de kwanzas para as despesas e receitas, a proposta do Governo para o OGE 2022 considera o preço do barril de petróleo a 59 dólares e a produção petrolífera de 1,147 milhões de barris por dia. “Considerando que os níveis de incerteza característica do sector petrolífero deverão permanecer, perspectiva-se um preço de referência do petróleo de USD 59 por barril. Este preço é considerado conservador, pelo que concorre para garantir a estabilidade na programação macrofiscal do país”, justifica.

A receita fiscal petrolífera prevista é de 10,729 biliões de kwanzas, 4,611.8 biliões dos quais como direito de concessionária. Por seu turno, as receitas fiscais não petrolíferas contribuiriam com pouco menos de 4,612 biliões de kwanzas. O Governo prevê fazer recurso ao financiamento para garantir 3,232 biliões de kwanzas, dos quais mais de 1,616 biliões com financiamento interno líquido. O Governo prevê ainda a produção de 10,055 milhões de quilates de diamantes, estimando o preço em 184,6 dólares por quilate.

ros Especiais de Segurança” como aconteceu, pelo menos, até aos três últimos orçamentos.

A Lei do OGE 2022 define que “a prestação de contas das despesas especiais é elaborada mediante apresentação de documentos previstos nas demais legislações”, enquanto “o relatório de prestação de contas, deve ser submetido ao órgão responsável do departamento Ministerial das Finanças Públicas, para efeito de reconciliação na Conta Geral do Estado”.

Na sequência do conhecido ‘caso Lussaty’, o Presidente da República foi também criticado pelos supostos

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA autorizou despesa de 148,555 milhões de dólares para reabilitação, ampliação e apetrechamento do Hospital Américo Boavida, além de 739,7 milhões de Kwanzas (cerca de 1,228 milhões dólares) para fiscalização da mesma obra.



NEGÓCIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Operadores preocupados com a falta de fiscalização no sector

RECICLAGEM. Agência Nacional de Resíduos reconhece falta de fiscalização e atribui situação à falta de quadros e ao vazio na lei. Empresários elogiam desburocratização, mas pedem políticas que facilitem às empresas o acesso a equipamentos de saneamento.

Por Mateus Mateus

As empresas que intervêm no processo de recolha, manuseamento, tratamento, valorização e deposição final dos resíduos sólidos líquidos estão preocupadas com a falta de fiscalização no sector. A insatisfação foi manifestada num encontro com a Agência

Nacional de Resíduos (ANR), em Luanda. E, segundo as empresas, a falta de fiscalização tem provocado “vários constrangimentos”, sobretudo pela existência de operadores não licenciados que “inviabilizam” o trabalho dos outros. Mas apontam o dedo também ao facto de existirem empresas que não sabem dar o devido tratamento aos resíduos.

Nelma Caetano, presidente do conselho de administração da ANR, reconhece a falta de fiscalização e justifica o vazio com a falta de regulamentação. “Tive-

mos de fazer uma confirmação legal, porque o nosso estatuto prevê que façamos a fiscalização, mas não dá atribuição a nenhum outro órgão da agência para fazer esta fiscalização”, observa. Outro factor que concorre para a falta de fiscalização é a falta de recursos humanos, visto que a ANR, desde a criação, nunca beneficiou de qualquer concurso público para o ingresso de pessoal. Como alternativa, estão a ser instruídos técnicos que, em parceria com órgãos congéneres como a Aniesa, deverão for-

Taxas de Certificados para empresas de resíduos

● Emissão de Certificado de Plano de Gestão (4 anos)

Inferior a 20 m2	100 284,80
20 m2 - 100 m2	119 996,80
101 m2 - 150 m2	139 999,20
151 m2 - 200 m2	160 054,40
201 m2 - 250 m2	179 995,20
251 m2 - 300 m2	199 997,60
301 m2 - 600 m2	220 000,00
601 m2 - 1 000 m2	239 993,60
1 001 m2 - 2 000 m2	259 996,00
2 001 m2 - 2 500 m2	311 100,86
2 501 m2 - 3 000 m2	362 958,61
3 001 m2 - 4 000 m2	414 953,25
4 001 m2 - 6 000 m2	466 651,30
6 001 m2 - 8 000 m2	518 509,05
8 001 m2 - 10 000 m2	570 366,80
10 001 m2 - 15 000 m2	622 201,73
15 001 m2 - 20 000 m2	674 059,48
Superior a 20 000 m2	806 552,74

● Emissão/Unidade de Medida de Certificado de Autorização de Transferência de Resíduos para o Exterior do País (Kz/T) - (pontual)

Reutilização	
Sólido	20 000,00
Gasoso	20 000,00
Líquido	20 000,00
Reciclagem	
Sólido	50 000,00
Gasoso	50 000,00
Líquido	50 000,00
Valorização	
Sólido	60 000,00
Gasoso	60 000,00
Líquido	60 000,00

● Taxas de Licenças das empresas que exerçam actividades nas áreas de gestão de resíduos, tratamento de águas e aguais residuais (5 anos)

Emissão de Licenças

Sector não Petrolífero	
Grandes Empresas	3.250 000,00
Médias Empresas	2.437 500,00
Pequenas Empresas	1.625 000,00

talescer equipas para actuar na fiscalização.

NOVAS TAXAS E EMOLUMENTOS

No encontro com a ANR, os operadores ficaram informados sobre as novas medidas de licenciamento e sobre as taxas e emolumentos a serem pagos pelos serviços prestados pela Agência (ver tabelas). Ficaram ainda a saber que, com a entrada em vigor do Simplifica 1.0, deixaram de ser exigidos os mais de 15 documentos que eram necessários para registar e licenciar uma empresa de resíduos. Agora são exigidos nove documentos para o registo e seis para a renovação, assim como também se aumentou o tempo de validade das licenças que passam de um para cinco anos.

Segundo a ANR, existem 220 operadoras licenciadas no país e as solicitações para novos licenciamentos não param, sendo originárias de todo o país, “fruto da interacção com as representações provinciais”.

Nelma Caetano reconhece, no entanto, a necessidade de se melhorar a gestão do saneamento básico do país, processo que, como avança, não depende da Agência, mas sobretudo dos governos provinciais e das administrações municipais que celebram os contratos com as empresas.

Os operadores, por sua vez, louvam a simplificação do licenciamento, considerando-o um “grande alívio, apesar de estar lento”, como nota o empresário Florindo José que sublinha particularmente o esticão da validade da licença para cinco anos. “Era um absurdo ter uma licença de um ano”, insiste.

Na mesma linha, Teo Sambo, director comercial da Enviro-Bac, entende que as medidas tomadas pela ANR diminuam a burocracia que as operadoras têm enfrentado, mas pede que as medias sejam aplicadas “com seriedade”, gestão que considera fundamental para as empresas “contribuírem melhor para a redução significativa dos resíduos nas cidades”.

Teo Sambo aponta ainda a falta de meios como o motivo dos focos de lixo persistentes em algumas zonas de Luanda, daí o apelo ao Governo para criar políticas que facilitem às empresas o acesso a equipamentos de saneamento.

Economia/Política

PEDEM TAMBÉM COBRANÇA EM KWANZAS

Empresários defendem redução da taxa nos terminais portuários

IMPORTAÇÃO. Homens de negócios exigem alteração do decreto executivo conjunto, dos ministérios das Finanças e dos Transportes, que exige o pagamento em dólares. Taxa mínima está fixada em 50 dólares.

150

Dólares, custo diário da ligação eléctrica de um contentor em terminais portuários, segundo recordam empresários.

Por Pedro Nvakata

Empresários de distintas áreas de negócio exigem do Governo a redução das taxas nos terminais portuários, considerando “desajustada ao contexto económico e social” a taxa mínima de 50 dólares fixada em 2008, ao mesmo tempo que pedem a troca

da moeda de transacções do dólar para o kwanza.

Defendendo a necessidade de políticas que “favoreçam o empresariado nacional, face à actual situação financeira do país”, Rui Silva, responsável da empresa Rupsil, sediada no Namibe, vai mais longe e rotula as taxas nos terminais portuários como “atropelos à economia nacional”, de tão “desajustadas” que se encontram. “Um país que quer promover o empresariado nacional deve criar mecanismos que favoreçam todos”, reitera.

José Macedo, director da Agrolí-

der, considera, por seu lado, “incorrecto” o facto de as taxas serem cobradas em moeda estrangeira e ao câmbio do dia. E argumenta que “o ideal” seria uma taxa fixada em kwanzas, de modo a não encarecer os empresários e a vida população, já que as cobranças em divisas têm sido o principal factor do elevado preço dos produtos. “Um contentor chega a pagar a taxa que custa a mercadoria que lá vai

dentro. Que reajustassem as taxas em justo valor à moeda nacional. Temos taxas super-caras”, desabafa, ao mesmo tempo que exemplifica: “a ligação eléctrica de um contentor são 150 dólares/dia. A estadia de um contentor de 20 pés são 60 dólares/dia. Se uma pessoa se atrasar por quaisquer motivos a retirar os contentores, chega a 120 dólares/dia”, lamenta, apontando a elevada “burocratização” na emissão de documentos.

O presidente da Associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (Ecodima), Raul Mateus, alinha no mesmo sentido, ao defender a revisão do actual decreto executivo conjunto. “O valor das tarifas portuárias tem sido muito alto, o que impacta directamente na política de formação de preços dos empresários, onerando, assim, o consumidor final”, explica. Para o associativista, a cobrança das tarifas com a moeda estrangeira tem

criado um “clima de incerteza”, quanto ao valor a ser pago, já que os mesmos ficam dependentes do mercado a das flutuações cambiais.

Raul Mateus assegura, por outro lado, que já foi remetido um memorando junto do gestor do Porto de Luanda e dos terminais portuários, de modo que os pagamentos das tarifas portuárias e aeroportuárias sejam feitos em moeda nacional. “Nesta altura, o Porto de Luanda e os terminais portuários pediram encontros privados que vamos começar a organizar já a partir desta quarta-feira”, garante. Acrescentando, no entanto, que tudo será feito para que se reduzam os preços das taxas e, consequentemente, a alteração em moeda nacional.

Fonte ligada às Finanças disse a este jornal que o ministério está a par de todas as queixas feitas pela classe empresarial e, por este motivo, “está a criar políticas que impactam directamente na sua actividade”.



O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2022 prevê despesa de 1,876 mil milhões de Kwanzas para a construção de infraestruturas para acomodação do património. O projecto tem sido justificado com a necessidade urgente de proteger e salvar a documentação sobre a memória estratégica do Estado que se encontra dispersa.

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Apenas 27% dos projectos de investimentos registados pela AIPEX estão implementados



BALANÇO. Desde a criação em 2018, Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex) registou mais intenção de investimento do que efectiva implementação. Somente 114 dos projectos saíram do papel. Maioria dos projectos registados é de origem angolana.

Por Guilherme Francisco

RESUMO DOS PROJECTOS

2018	70 projectos	Investimento 558 milhões USD
2019	168 projectos	Investimento 2.050
2020	06 - projectos	923 USD Investimento
2021		
I trimestre	15	501 milhões USD
II trimestre	27	117 milhões USD
III trimestre	37	278 milhões USD

Das 423 intenções de investimento registadas desde a criação, em 2018, até ao terceiro trimestre deste ano, a

Aipex só viu concretizados efectivamente 114 projectos, ou seja, 27%, globalmente avaliados em 1.218 milhões de dólares, de acordo com relatórios consultados pelo **Valor Económico**.

Outros 67,4% (288 projectos) do total de intenções estão em execução, num investimento calculado em 3.136 milhões de dólares, ao passo

que 11 projectos (2,6%) estão por implementar. Outros 11 projectos, avaliados em 31 milhões de dólares, foram cancelados.

Embora a instituição não detalhe as razões do cancelamento de mais um projecto, face aos registos de 2020, em Março deste ano, o PCA, António Henriques da Silva, explicou

que certos investidores “acham que as condições apresentadas de princípio não são as mesmas”.

As intenções de investimentos são maioritariamente de origem angolana, num total de 162 projectos, no valor de 1.585 milhões de dólares, seguidas de investimentos mistos com 55 projectos. Os de ori-

gem portuguesa são 43 e os do Emirados Árabes Unidos, 24.

Curiosamente, segundo o relatório da Aipex, apesar da assinatura de acordos de cooperação entre Angola e a Turquia, que culminaram com as visitas recíprocas dos dois chefes de Estado, o país registou apenas três intenções de investimento turco, estimadas em 200,13 milhões de dólares.

A capital, Luanda, continua a concentrar a preferência dos investidores, com um total de 333 projectos. É seguida, de longe, pelo Bengo e Benguela, com 13 e 12, respectivamente. As províncias com menos investimentos são Uíge, Namibe e Lunda-Norte, com duas intenções apenas cada uma.

A concentração do investimento é justificada pela Aipex com a falta de condições noutras zonas do país, daí ter articulado com o Ministério da Indústria e Comércio no sentido de se proporcionar a infra-estruturação, acesso à água e energia nos pólos de desenvolvimento industrial.

As áreas com mais intenções são da indústria (181), comércio (88), agricultura (29), prestação de serviços (92), pescas (9) e hotelaria e turismo (5).

No ano passado, a Agência registou uma queda de intenções de investimento de 36%, face ao ano anterior. Este ano, até ao terceiro trimestre, registou 79 projectos de investimento, correspondente a um crescimento de 36% face ao período homólogo.

Mercados & Negócios

Marco Paulo Bernardes, director comercial da Alimenta Angola



Santos Samuelsen © VE

NO PRIMEIRO SEMESTRE

Alimenta Angola factura 60 milhões de dólares

DISTRIBUIÇÃO. Crescimento das vendas reafirma tendência de resultados positivos iniciados no ano passado e antecipa novos investimentos. Kilamba e Benfica, em Luanda, serão os destinos das próximas lojas da rede.

Por Guilherme Francisco

A rede de lojas Alimenta Angola facturou, no primeiro semestre do ano, 60 milhões de dólares, um aumento de 10% face ao ano passado. É o segundo ano de crescimento nas receitas, depois de um período de resultados negativos, de acordo com o director comercial.

A recuperação da facturação, segundo Marcos Paulo Bernardes, permitirá ao grupo voltar

aos investimentos, salientando que “ninguém quer investir numa economia que está negativa”, como o caso da angolana. “Há três anos, as lojas estavam no vermelho. A partir de 2020, começámos a ver uma luz no fundo do túnel”, refere, adiantando estar prevista, para 2022, a abertura de duas lojas, no Kilamba e no Benfica, com um investimento estimado em 30 milhões de dólares. Está ainda planeada a expansão das lojas cash and carry entre as cidades de Benguela e Lobito, cujo investimento não revelou.

Nos últimos 12 anos, refere Marcos Bernardes, foram investidos mais de 100 milhões de dólares nas quatro lojas espalhadas em

30

Milhões de dólares, investimento previsto na abertura de mais duas lojas da rede

Luanda. Explica o gestor que o grupo deseja comprar grande parte dos produtos no mercado nacional, mas a falta de oferta leva-os ainda a depender essencialmente do mercado externo. Até ao momento, a rede adquire 80% dos produtos a fornecedores [importadores] nacionais. Ou outros 20% são importa-

dos directamente pela empresa, por conta dos “altos custos aduaneiros, frete marítimo e logísticos, encarecidos pela pandemia”.

Há três anos, o grupo investiu, entretanto, 50 milhões de dólares numa fazenda que ainda não produz o suficiente para responder à procura. “A nossa intenção é fomentar o mercado nacional e trabalhar com o kwanza, é viável. Temos uma fazenda, estamos a desenvolver muitas culturas, mas é difícil, porque o solo é diferente do que é necessário para as frutas e legumes que trazemos da África do Sul ou de outros países”, conta, realçando a necessidade de existência de mais produtores internos.

DA CHINA

Sonangol recupera bens em Espanha

A Sonangol recuperou em Vigo, Espanha, seis catarãs, 33 lanchas rápidas e um iate antes pertencentes à China Sonangol, como compensação parcial dos juros da dívida, que esta tem com a empresa pública.

Segundo nota da estatal, a transferência dos bens resulta de um processo de recuperação de créditos que detém sobre o Grupo China Sonangol (CS), relativos a fundos mutuados historicamente pela Sonangol. A nota esclarece, no entanto, que, embora tenha um vasto património no exterior do país, a China Sonangol não tem sido capaz de liquidar a dívida com a Sonangol.

Adianta a nota que, por esta razão, e “tendo identificado um conjunto de embarcações já construídas pela China Sonangol, a Sonangol procedeu à sua recuperação”. Os bens recuperados foram assim transferidos para a esfera do Estado, podendo, como se refere, utilizá-los de acordo com as suas necessidades.



O BNA ANUNCIOU, na semana passada, as medidas de intervenção ao Banco Económico, confirmando, entre as soluções, que os depositantes com saldo igual ou superior a 3 mil milhões de kwanzas podem ser accionistas, via pela qual Álvaro Sobrinho poderá voltar à estrutura accionista da instituição.



DEPOIS DE 20 MESES PARADO, DEVIDO À PANDEMIA

CFL retoma serviço transporte de passageiros com 260 lugares

O Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) retomou o serviço de transporte de passageiros para Cuanza-Norte e Malanje, depois de uma interrupção de 20 meses, devido à pandemia.

Segundo uma nota de imprensa do CFL, o serviço reiniciou-se com composição mista, constituída por cinco carruagens, com 260 lugares

sentados e seis vagões para carga, que partiu da estação dos Musseques em Luanda, com destino para a estação do Luinha, no Cuanza-Norte.

Nesta sexta-feira, dia 5, será reposto o transporte de passageiros para as cidades de Ndalatando e Malanje, com um comboio que partirá às 6 horas da estação dos

Musseques em Luanda com destino para a estação de Malanje, com regresso aos sábados. Já no dia seguinte, sábado, 6, deverá ser retomado o transporte de passageiros para a cidade do Dondo, com um comboio que partirá dos Musseques com regresso mesmo dia.

Estes serviços terão uma periodicidade semanal com dias fixos.

BALANÇO DE 2021

Biocom atinge produção de 120 mil toneladas de açúcar/ano

A Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom) produziu, na colheita de 2021, cerca de 120 mil toneladas de açúcar, um aumento de 1,6% comparativamente a igual período do ano anterior. Em 2020, havia produzido cerca de 118 mil toneladas/ano.

Uma nota assinada pelo director-geral, Uirá Ribeiro, assegura que, apesar dos efeitos adversos da seca, verificada em Janeiro e Fevereiro, e que reduziram a produtividade da cana-de-açúcar, o grupo está satisfeito com os resul-

tados obtidos na campanha deste ano. E acrescenta que a pretensão dos próximos tempos é rentabilizar a capacidade produtiva.

“A Biocom alinha há muito a estratégia de actuação e de produção com os programas do Executivo para o desenvolvimento da agro-indústria, com o objectivo de aumentar a produção nacional e reduzir a importação do açúcar e do etanol consumidos em Angola”, lê-se na nota

O empreendimento instalado no Pólo Agro-industrial de Capanda

(PAC), município de Cacusso, em Malanje, possui uma área superior a 81 mil hectares. Destes, 70 mil são cultiváveis e 11 mil destinam-se à existência de áreas de preservação permanente da vegetação.

A Biocom tem uma capacidade instalada para produzir 2,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, numa área de 38 mil hectares, 250 mil toneladas de açúcar cristal branco, 37 mil metros cúbicos de álcool neutro. Para a exportação, estão incluídos 136 mil megawatts de energia eléctrica renovável.

PORTO DO LOBITO

Receitas do 1.º semestre atingem 8 mil milhões kz

Pelo menos, oito mil milhões de kwanzas é o valor arrecadado no primeiro semestre deste ano pelo Porto do Lobito, superando os quatro mil milhões de kwanzas embolsados em igual período do ano passado.

A administradora para a área comercial da empresa, Janet Matana, explicou à Angop que “o aumento da facturação se deve à estratégia comercial adoptada e à implementação de melhorias no controlo interno”.

De acordo com a gestora, no

período, atracaram 194 navios, transportando 740 mil e 327 toneladas de mercadoria diversa, registando-se um aumento de 25% sobre os navios e 78,7% em relação à carga. Boa parte desta refere-se à frigorífica (pescado e marisco) e carga a granel com realce para os da cesta básica, nomeadamente arroz, milho, trigo e açúcar.

O Porto do Lobito, que opera desde 1928, conta, por esta altura, com 1.575 trabalhadores, 200 dos quais mulheres.



DE JURE

VÍTIMAS DE CONFLITOS ARMADOS

Ministério da Justiça anuncia novas valas comuns

Já foram identificados nove locais onde podem estar enterrados corpos de vítimas dos conflitos políticos, incluindo duas possíveis valas comuns, avançou hoje o ministro da Justiça e Direitos Humanos.

Em declarações a jornalistas à saída de uma reunião da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), Francisco Queiroz afirmou que estão a ser identificados os locais onde podem estar enterrados corpos, tendo sido localizados nove pontos, dois dos quais podem ser valas comuns.

Foram objecto de análise os trabalhos forenses em curso, a entrega

dos restos mortais, a emissão de certidões de óbito e a estratégia comunicacional, na reunião da CIVICOP, que congregou coordenadores de subgrupos de especialidade com os seus titulares (Saúde, Justiça e Direitos Humanos, Interior e Comunicação Social), com o fim de fazer o balanço da segunda fase do projecto.

Será lançado em breve, segundo uma nota da CIVICOP, o Centro de Análise Forense e Conservação de Ossadas das Vítimas dos Conflitos Políticos.

“O trabalho à volta das instalações onde vão ser desenvolvidos os trabalhos médico forenses está muito adiantado, fez-se um trabalho de recuperação de uma nave na zona industrial de Viana e que esta agora apta para receber equipamento de laboratório.

Teremos aí o local para se tratar o material que for recolhido nos pontos de identificação de ossadas”, adiantou o ministro e coordenador deste órgão.

De acordo com o ministro da Justiça, a segunda fase exige uma comunicação com a sociedade e com as famílias diferente do que se passou na primeira fase, daí entender ser “preciso que se saiba exactamente aquilo que esta a acontecer”, apontando a grande complexidade desses trabalhos.

A CIVICOP registou, durante a primeira fase, mais de dois mil pedidos de certidões de óbito, após terem sido entregues as primeiras certidões 27 de Maio, quando foram homenageadas as vítimas do ‘27 de Maio’.

Pela primeira vez, em 44 anos, o Governo realizou uma cerimó-



Francisco Queiroz, ministro da Justiça e Direitos Humanos

nia para assinalar o ‘27 de Maio’, uma alegada tentativa de golpe de Estado, que reuniu sobreviventes e órfãos.

O Plano de Reconciliação em Memória às Vítimas de Conflitos

Políticos prevê, entre outras questões, a emissão de certidão de óbito e a construção de um memorial único para todas as vítimas dos conflitos políticos registados no país.

FUNCIONÁRIOS DE CONSTRUTORA CHINESA

Polícia investiga denúncia de “confinamento forçado”

A polícia deverá investigar uma denúncia de funcionários da empresa chinesa Citic Construções, sobre um alegado “confinamento forçado e maus-tratos, há dois anos”, em estaleiros da construtora nos arredores da centralidade do Kilamba.

De acordo com a Rádio Ecclésia, que cita um dos responsáveis dos trabalhadores, os operários da construtora chinesa, instalada em Belas, Luanda, estão também “proibidos de ter contacto com o exterior, inclusive

com os familiares, sob pena de serem demitidos”.

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional já tem conhecimento do assunto e prometeu investigar, mas familiares destes vêm-se “obrigados” a deslocaram-se à empresa para terem acesso aos salários em consequência da limitação dos parentes que aí trabalham.

Travar a propagação da covid-19 no interior dos estaleiros da construtora, que edificou as cidades do Sequele e do Kilamba,

zonas norte e sul de Luanda, é a razão do “confinamento forçado”, desde Dezembro de 2019, como referiu uma fonte da emissora católica, “lamentando” a situação.

Por falta de novas empreitadas, os funcionários estão a prestar serviços de pastorícia, agricultura, limpeza e reparação de viaturas e denunciam igualmente baixos salários e péssimas condições laborais e de alimentação.

Os funcionários pedem também “intervenção urgente” das autoridades.



POYAIS VISTO COMO UM PARAÍSO

O país que nunca existiu e foi vendido

NEGÓCIO. Já ouviu falar na maravilhosa terra de Poyais, na América do Sul? Se não, seja bem-vindo ao mundo de um arrojado empreendedorismo. Visionário escocês, MacGregor criou um país maravilhoso e rico, mas apenas no papel. Foi um golpe de mestre que envolveu técnicas de marketing, estratégias comerciais e uma ideia única de inovação.

Por Emídio Fernando

O ponto de partida foi a ideia de vender um grande pedaço de terra, cheio de palmeiras, sol, calor, rico em ouro e prata, com água abundante e que até dava três safras de milho por ano. Só que este paraíso nunca existiu. O vendedor era um jovem empreendedor, com apenas 23 anos. Chamava-se Gregor MacGregor e entrou para a História como um dos seus maiores vigaristas.

O negócio iniciou-se com uma campanha bem elaborada. O Território de Poyais, algures perto das Honduras, na América do Sul, serviu para MacGregor se apresen-

tar à elite política e empresarial, como um herdeiro de um principado. Escreveu um livro, que ele próprio custeou, com mais de 300 páginas, descrevendo um território ao qual chamou 'Esboço da Costa do Mosquito, Incluindo o Território de Poyais'. Assinou com o pseudónimo de Thomas Strangeways, dando ideia de que teria sido escrito por alguém que conhecia bem essas terras maravilhosas e estranhas.

Criou um esquema de vendas de certificados, idêntico às acções usadas hoje em dia nas Bolsas. Logo a seguir, montou uma campanha de vendas. Recompensou jornalistas para o entrevistarem, contratou publicitários que elaboraram anúncios e até pagou para criar músicas. Nas entrevistas, assumiu-se como um "visionário de grande coragem, ousadia e inteligência". Aliou o adjectivo "bravo", ajudado por uma carreira militar que, de facto, tinha. No entanto,



Gregor MacGregor, o empresário escocês, herói de guerra, que inventou um país.

200

Mil libras, valor de cada terreno vendido numa terra fictícia.

essa carreira foi adornada com títulos que ele próprio inventou: usava um distintivo de ter sido condecorado pelo Reino de Portugal. Pelo meio, auto intitulava-se de Sir Gregor MacGregor Bart, justificando com umas alegadas ligações com o Clã Gregor, que ele definia como "descendente da antiga família real celta". Acrescentava ser parente de duques, condes e barões. Tudo, portanto, famílias reais.

A realidade era bem diferente. MacGregor nasceu, de facto, na Escócia, em 1786, mas filho de emigrantes. Combateu na Venezuela,

contra os espanhóis. Já tinha combatido nas guerras napoleónicas, lutou pela independência na América do Sul, alcançou o posto de general de brigada no exército revolucionário do mítico Simão Bolívar e transformou-se num herói.

Com o fim da guerra, voltou para a Europa, mas para Londres, acolhido pela mãe. Aqui, criou um arrojado plano para colonizar uma área da Costa do Mosquito, a que ele chamou Poyais. Apresentava-se como 'príncipe das terras férteis de Poyais' e exibia o título de 'cacique. Com a esposa, a 'princesa Josefa de Poyais', montou um plano que entra também a história do empreendedorismo.

O currículo ajudou-o. Aparentemente, foi fácil para o jovem MacGregor convencer muita gente a investir. Em 1822, começou a anunciar as proezas do seu principado: rendia três safras de milho, tinha água em abundância, um rio em

que a água competia com o ouro, sol, mar, animais de caça e árvores que davam frutas em fartura.

Ficou assim montado um país, na imaginação de MacGregor, mas também na dos investidores ansiosos por aplicar o dinheiro. Os investimentos eram atractivos e as maravilhas do novo país também.

Como bom investidor, lembrou que o fim da guerra com Espanha trazia largas oportunidades de comércio e que se poderia ainda desenvolver com a construção, para breve, de um canal que iria transportar mercadorias.

Poyais começou a emitir títulos a 30 anos, com uma taxa de juro à volta dos 3%. O capital a aplicar, para cada investidor, era de 200 mil libras, uma verdadeira fortuna para a época. Além disso, vendeu lotes de terreno a 11 libras por hectare.

MacGregor optou, primeiro, por seduzir os seus patrícios, escoceses, transformando-os em colonos. Na lista de investidores, entrava a elite britânica: médicos, advogados, fazendeiros, comerciantes e um banqueiro. O negócio correu tão bem que, logo na primeira e única viagem, sete navios foram carregados de colonos e até transportaram um futuro director do Teatro Nacional, que MacGregor contratou. O caso não era para menos. A campanha de vendas descrevia a capital de Poyais, San José, como uma cidade com avenidas largas, edifícios com colunas gregas e romanas, bancos, uma catedral e ópera.

O novo mundo estava tão bem montado que os colonos trocaram ouro e divisas locais por dólares de Poyais, em notas criadas pelo próprio MacGregor.

Na chegada, foi a decepção. Afinal, o país não existia. A dura viagem e as condições encontradas, apenas mar, levaram à morte de dezenas de colonos, vítimas de doenças e fome. Sobreviveram 50 que conseguiram regressar à Grã-Bretanha, depois de terem vivido em condições miseráveis no porto das Honduras Britânicas.

Já rico, MacGregor mudou-se para Paris, onde tentou dar um golpe semelhante. Mas deu-se mal. A justiça francesa acusou-o de fraude. Foi preso, mas conseguiu ser libertado depois de oito meses em prisão preventiva. Regressou à Venezuela em 1839, recebeu uma pensão de oficial e morreu em Caracas em 1845. Ainda hoje, é reconhecido como herói e tem o nome gravado no Monumento dos Libertadores.

(In)formalizando

COSMÉTICOS ARTESANAIS

Produtoras queixam-se da falta de laboratórios

A venda de produtos de cabelo, óleos de pele, sabonetes e sabão caseiros tem crescido de modo considerável em todo o país. O negócio impulsionou jovens a empreenderem, mas a falta de laboratórios para avaliar os produtos preocupa quem nele investe.

Para muitos, a actividade começou como ‘hobby’, contudo, o aumento da procura acabou por elevar, por arrasto, os níveis de exigência e de entrega na produção, evoluindo para negócio.

É o que aconteceu com Helena Teixeira, que, em 2019, motivada pelo interesse que tem por produtos naturais e os efeitos para a saúde, investiu na produção de óleos de cabelo e de pele feitos de coco e moringa. Hoje tem uma marca (óleo Hera), registada na AGT. Os produtos são feitos à base de plantas e raízes adquiridas nos mercados informais. 80% são provenientes das diferentes províncias do país, enquanto 20% são importados.

Libânia Morais, directora da Urbiceu, que produz sabão, sabonetes, óleo de pele e de cabelo, regista que a aquisição da matéria-prima teve um aumento na ordem dos 250%, sendo que o óleo vegetal usado comprava a seismil kwanzas e agora custa 21.400 kwanzas. Já o hidróxido de sódio passou dos nove mil para os 25 mil kwanzas.

Libânia Morais considera que os seus produtos têm aceitação no mercado, adiantando que as vendas “são satisfatórias”. A empreendedora, que tem já a marca registada com os produtos que têm efeitos anti-alérgicos, anti-fogos, anti-acne, cicatrizantes, regeneradores, anti-manchas, anti-rugas, celulite e varizes, lamenta também a falta de laboratórios. Vê-se obrigada a enviar os produtos para exame laboratorial na África do Sul.

Com capacidade de produzir 500 sabonetes por dia, a empreendedora está limitada a uma média de pouco mais de 90 unidades por dia, pelo que destaca a necessidade de uma indústria em Luanda, que congregue os empreendedores que trabalham com “produtos totalmente naturais”, de modo a garan-

tir emprego para os jovens.

Já Inalda Correia, proprietária da marca Almecana, usa folhas de eucalipto, goiabeira, café, canábis (liamba) e alecrim, para a confecção dos óleos que vende. E explica que procura explorar todas as plantas nacionais, no sentido de descobrir os melhores aromas e obter vantagens na concorrência.

A empreendedora, que já faz algumas entregas dos produtos para algumas farmácias e hospitais de Luanda, aguarda por uma autorização do Ministério da Saúde para alargar os serviços. Enquanto isso, lamenta as dificuldades da aceitação dos produtos naturais por existir “muita gente a fazer”.

Inalda Correia não sabe, ao certo, quantas pessoas produzem estes cosméticos de forma artesanal, mas explica que a qualidade destes produtos depende do investimento aplicado.

Com os valores de venda a variarem entre os mil e os 35 mil kwanzas, alguns produtos têm duração de até um ano e meio.

Por Mateus Mateus e Rosa Wanga



Leonor de Sá Machado
presidente
da Ameea
para Angola



EMPREENDEDORISMO FEMININO

Empresárias africanas e europeias apoiam mulheres vulneráveis em Angola

Um conjunto de mulheres empresárias representadas em na Europa e África está unido a ajudar mulheres vulneráveis, através da Associação de Mulheres Empreendedoras Europa-África (Ameea), que lançou, em Luanda, a representação em Angola.

A representação no país será composta por 20 mulheres empreendedoras e influentes que poderão financiar projectos de mulheres carenciadas, com maior incidência sobre a ‘zungueira’, com o objectivo de garantir a inclusão social e a possibilidade de sustento familiar.

Leonor de Sá Machado, presidente da Ameea para Angola, explica que a organização seguirá três eixos principais. O primeiro é uma plataforma denominada ‘Pacto Mulher’, que terá como objectivo a avaliação dos projectos a serem apoiados. Deverá também incluir formação multidisciplinar para

todas as mulheres, no sentido de as tornar mais capacitadas e por fim apoiá-las no empreendedorismo. “O nosso objectivo principal é a inclusão social porque, hoje, todos estão preocupados em criar projectos que dão soluções imediatas, e nós queremos trazer soluções para a vida”, afirma.

Já a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade do Género louva a iniciativa do surgimento da associação em Angola, por entender ser um órgão que poderá servir como parceiro do Estado na resolução dos problemas das famílias mais carenciadas de Angola.

A Ameea foi criada na Bélgica em Fevereiro de 2015, como instituição sem fins lucrativos. Promove, desenvolve e apoia o empreendedorismo feminino, entendido como alavanca do desenvolvimento económico sustentável nos 28 estados membros da União Europeia, da Confederação Suíça e nos 54 países africanos.

Por Mateus Mateus

Eleve a competitividade da sua empresa

O futuro é agora



PLANOS EMPRESAS ADIRA JÁ!

Standard

125 Minutos 125 SMS 1 GB Dados

Ouro

175 Minutos 175 SMS 2 GB Dados

Platina

300 Minutos 300 SMS 4 GB Dados

Diamante

500 Minutos 500 SMS 8 GB Dados

Linha de Apoio a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS

Opiniões

Submissão electrónica do IRT – um passo para o futuro

A obrigatoriedade de submissão electrónica dos mapas mensais de remunerações pode ser desafiante para as empresas, no entanto, ela visa, entre outros objectivos, suprimir o défice no acesso à informação tributária por parte dos contribuintes, garantindo a maior transparência do sistema fiscal e segurança tributária.



Oksana Y Sousa,
Senior Manager
EY, Global
Compliance &
Reporting

No dia 10 de Setembro de 2021, a AGT emitiu um comunicado no qual informa a activação de uma nova funcionalidade no Portal do Contribuinte, que permite submeter electronicamente o mapa mensal de remunerações, assim como calcular e liquidar o Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT) devido sobre os rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem. A utilização desta ferramenta será obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2022.

Actualmente, a obrigação de liquidação e pagamento de IRT sobre rendimentos auferidos por trabalhadores por conta de outrem é da exclusiva responsabilidade da entidade patronal, assim como a submissão de todas as declarações e mapas mensais de remunerações.

Atento o exposto, o contribuinte (trabalhador por conta de outrem), não tinha mecanismos simplificados para consultara sua situação fiscal, o que representava uma lacuna quanto ao uso pleno dos seus direitos tributários.

A introdução da obrigatoriedade de submissão electrónica do mapa mensal de remunerações visa, nomeadamente, corrigir esta situação, pois permitirá a cada trabalha-

dor por conta de outrem ter acesso à informação relativa ao IRT retido sobre o seu rendimento.

Ademais, e ainda que possa implicar um esforço adicional de adaptação para as entidades patronais, entendemos que a digitalização da submissão do IRT poderá representar uma redução da carga burocrática para as empresas.

Para garantir a eficiência nesta mudança de procedimentos, será aconselhável uma revisão da parametrização dos sistemas de processamento salarial, garantindo que estes são capazes de gerar os mapas em formato standard e que o tratamento fiscal atribuído a cada componente remuneratória está em conformidade com a legislação em vigor.

Note-se ainda que a dificuldade no acesso à informação sobre a situação tributária não é um problema exclusivo dos trabalhadores por conta de outrem. Com efeito, também as empresas são confrontadas com desafios na comprovação de retenções na fonte de Imposto Industrial efectuadas pelos seus clientes, mediante a obtenção em tempo útil dos comprovativos de entrega do imposto. Este facto muitas vezes obsta a que as empresas possam utilizar estes créditos fiscais.

Acreditamos, portanto, que a introdução da obrigatoriedade de submissão electrónica do IRT possa ser um grande passo para um futuro em que a globalidade das obrigações tributárias declarativas opere por submissão electrónica, reduzindo a burocracia, aumentando a transparência nos processos e a segurança tributária dos contribuintes.



IVA – Imposto do futuro, mas com identidade angolana



Daniel Sapateiro,
doutorado
em Economia
e Fiscalista

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é um imposto que incide sobre o consumo e tributa o "valor acrescentado" das transacções efectuadas pelo contribuinte ou sujeito

passivo. Trata-se de um imposto plurifásico, porque é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista. Sendo plurifásico, não é cumulativo, pois o seu pagamento é fracionado pelos vários intervenientes do circuito económico, através do método do crédito do imposto. O imposto é aplicado em diferentes países ao redor do mundo, sendo atrás do imposto sobre o rendimento do trabalho, o imposto que está em maior número de países. O IVA é um imposto indirecto que se aplica sobre o consumo e que é financiado pelo consumidor final.

Diz-se que é um imposto indirecto, uma vez que o fisco não o aufer directamente do tributário (contribuinte).

A cobrança do IVA tem lugar quando uma empresa vende um produto ou serviço e emite a factura correspondente. As companhias, regra geral, têm o direito de receber um reembolso do IVA que pagaram a outras empresas contra facturas, o que se conhece como crédito fiscal, que lhes resta do montante do IVA que cobram aos seus clientes (o débito fiscal). A diferença entre o crédito fiscal e o débito fiscal deve ser entregue ao fisco.

*Podemos fazer diferente, à «moda» angolana
no bom sentido da expressão, ou seja, com o contexto que
temos, mas também para onde queremos ir.*



Os consumidores finais, por sua vez, pagam o IVA sem receber qualquer reembolso. A única forma de controlar o IVA é emitindo uma factura ou outro tipo documento de venda ao consumidor, ficando a loja em questão com uma cópia.

O imposto sobre valor agregado (IVA) foi criado na França por um inspector e perito tributário, nos anos 1930, com o objectivo de evitar um efeito chamado cascata, que é a cobrança acumulada de impostos em diferentes etapas da produção dos produtos. Esse sistema foi bem sucedido e logo se espalhou pela Europa e pela América. Em Angola, a entrada do IVA deu-se a 1 de Outubro de 2019.

Até 30 de Setembro de 2019 havia um imposto sobre o consumo, designado por “Imposto de Consumo”, que foi substituído pelo IVA a 1 de Outubro de 2019.

Algumas razões para o surgimento do IVA são:

- Diversificação e alargamento da receita tributária;
- Organização e formalização das empresas;
- Menores possibilidades de evasão e fuga fiscal em sede de obrigação declarativa e liquidatória;
- Eliminação da dupla tributação verificada no Imposto de Consumo;
- Atração de investimentos;
- Responder à solicitação do Fundo Monetário Internacional;
- Outras razões.

Quanto ao enquadramento legal, destacam-se os seguintes diplomas legais:

- Lei 07/19, de 24 de Abril – Lei que aprova o Código do IVA (CIVA);

- Lei 17/19, de 13 de Agosto – Lei que altera o IVA;

- Decreto 180/19, de 24 de Maio – Aprova o Regulamento do CIVA;

- Lei 42/20, de 31 de Maio – Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2021 e faz a alteração do CIVA para o modelo actual;

- Circular 010/DSIVA/AGT/2021 – Sobre as alterações ao CIVA. Actualmente, temos quatro (4) taxas em vigor em todo o espaço angolano a saber:

- 1 - 14% - taxa geral;
- 2- 5% - cesta básica e insumos agrícolas;
- 3- 2% - taxa geral para a província de Cabinda;
- 4- 7% - taxa aplicada ao Regime Simplificado;

No discurso de sua Excelência, o Presidente da República, na Assembleia Nacional, no passado dia 15 de Outubro do corrente ano, e citando o mesmo:

“Dentre essas medidas, destacamos a mais recente de Agosto do corrente ano, a isenção dos direitos aduaneiros para alguns produtos. Mesmo representando a perda de receitas fiscais, o Executivo prepara-se para levar ao Parlamento, por ocasião da apresentação do OGE e nele inserido, a proposta de redução significativa do valor a pagar pelo IVA sobre um conjunto de bens de consumo, o que vai baixar necessariamente os preços dos mesmos e aliviar o actual custo de vida”.

Com base nisto e tendo em conta que a iliteracia financeira é por mais que evidente que a esperança (i) legítima de organizar e formalizar a economia tendo em conta o Plano

O IVA veio para ficar, como a comunicação e relação entre o fisco e os contribuintes: cada vez mais próxima e electrónica, e com a pressão permanente de fiscalizar e arrecadar mais e mais.

Nacional de Desenvolvimento 2018 – 2022, outros compromissos internos e compromissos internacionais, está longe de acontecer. Além disso, este imposto que mereceu muitas críticas por parte de largas franjas sociais em 2019 e que hoje continuam a dar voz às críticas, principalmente pelo tempo em que foi implementado, mas também pela complexidade do imposto e as próprias taxas, sendo que a taxa geral é 4% superior à taxa máximo do Imposto de Consumo (10%), quando estava em vigor. Outra crítica e sobre o artigo que se debruça é a mudança no imposto. Em dois anos tem havido várias

alterações que pouco ajudam à literacia financeira e fiscal, que associada à pandemia da covid-19 e à crise económica, financeira e social, veio trazer um «excessivo» peso do imposto no que tange à documentação e liquidação do imposto, que se pode designar por “Stress Fiscal” (o excesso de impostos aos cidadãos que gera a sensação de trabalhar para se pagar impostos).

O presente artigo pretende ajudar com soluções para que haja uma estabilização do imposto e que ele possa garantir a arrecadação necessária, e ainda possa ser entendido pelos contribuintes e investidores:

- Ter uma taxa geral de 5%, com um período de vigência de que o crescimento do PIB seja positivo, durante um ano e consecutivo.

- Ter uma taxa geral para o sector primário de 2%, incluindo os insumos, ferramentas e maquinaria para os diferentes sectores de actividade.

- Não substituindo o IVA, poderia implementar-se uma taxa para o comércio informal: vendedores (as) ambulantes, nos mercados, com um valor fixo mensal, de por exemplo: 1.000 a 2.000 Kwanzas, que daria direito ao acesso de uma pensão de reforma aos 60 anos de idade, por via de uma reforma de subsistência. Por via da constituição de postos sanitários de proximidade dos mercados, estas pessoas poderiam ter também acesso a cuidados de saúde primários.

- Regras objectivas quanto à dedução do IVA – não restritivas, mas inclusivas;

- Colaboração entre a Administração Geral Tributária (AGT) e Contribuintes para assegurar a correcta administração do IVA, com uma promoção profunda do IVA em fóruns, workshops, conferências presenciais e online, e em todo o país, estando para isso e em estreita colaboração as Ordens profissionais, tais: Ordem dos Contabilistas e Peritos em Contabilidade; Ordem dos Economistas, Ordem dos Advogados, Associação de Gestores e Administradores de Angola, mas também a própria AGT e as Associações Empresariais e de Empreendedores;

- Possibilidade de pagamento/liquidação de impostos nas sedes dos municípios e agentes privados como “correspondentes” do fisco.

- Mecanismo efectivo de reembolso com responsabilidade para AGT e contribuintes, sendo que o pro-

cesso deve ser mais célere, desburocratizado e com montante mais reduzido do que o actual;

- Apresentar um plano a médio prazo: de três (3) a cinco (5) anos, em que se possa apresentar novidades com base nas melhores práticas internacionais, no qual se incluirá a alteração dos nomes de certos impostos. A título de exemplo: Imposto sobre o Rendimento do Trabalho para IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), Imposto Industrial para IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas). No caso do IRS, colocar-se como meta de implementação até 2030 no modelo parecido ao de Cabo Verde, em que os cidadãos apresentam os seus rendimentos e as despesas à colecta e com isso há uma aproximação da titularização do património pessoal ou familiar aos rendimentos e à sua proveniência;

- Redução das taxas nominais dos impostos: Industrial das actividades comerciais e industriais para 15%, para 10% para a agricultura; Imposto sobre a Aplicação de Capitais para 7,5%, Imposto de Selo sobre os recebimentos no Regime de Exclusão de IVA para 5%. A redução das taxas de IRT para que no máximo se possa considerar até ao máximo de 20%;

- Haver, de facto, cruzamento de dados entre a Conservatória de Registo Predial, Conservatória de Registo Automóvel, Instituto Nacional de Segurança Social e outros institutos públicos e órgãos administrativos municipais. O IVA representa 24% em captação de receita tributária não petrolífera. No OGE para 2021 está previsto arrecadar mais de 881 mil milhões de Kwanzas, isto é, 5,96% do total da receita corrente tributária prevista: mais de 4 de biliões de Kwanzas ou 32,91% do total da receita prevista. Como podemos ver.

No mundo, o imposto tem um peso muito grande nos Orçamentos dos países ocidentais, numa lógica muito parecido à de Angola: 25% do total da receita tem origem no IVA.

O IVA veio para ficar, como a comunicação e relação entre o fisco e os contribuintes: cada vez mais próxima e electrónica, e com a pressão permanente de fiscalizar e arrecadar mais e mais. Podemos fazer diferente, à «moda» angolana no bom sentido da expressão, ou seja, com o contexto que temos, mas também para onde queremos ir: pagar impostos de forma inclusiva e que seja equitativo.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou, particularmente para quem se interessa por tecnologias, foi marcada pelo anúncio do jovem dono do Facebook de que o Face vai deixar de o ser para se tornar na marca Meta, o nickname da Metaverse, que será a marca mãe dona do Facebook e de todas as outras empresas do grupo. A palavra Metaverse, de origem grega, significa qualquer coisa como “há sempre mais para construir” e Zuckerberg quer que a Meta seja o ‘re-branding’, a nova face das mais recentes tecnologias que, como as redes sociais fizeram no passado, vão invadir e revolucionar ainda mais o nosso dia-a-dia. A apresentação dos planos da empresa é impressionante, futurista, inclui avatars que projectam a imagem inteira de uma pessoa em 3D num espaço onde não está e que vão mais longe no conceito de aproximar distâncias que as redes e a comunicação online já conseguiram encurtar. Quando me lembro que vivíamos sem telemóveis, essa realidade parece pertencer quase à idade média...

E, claro, a propósito de idade média, a nossa actualidade continua a ser marcada pelo ‘zonera/nomeia’ no tal jogo político em que o treinador parece continuar confuso, a não marcar e a substituir freneticamente jogadores à laia de degustação da maturidade do Kaporroto... – este inda precisa um bocadinho mais, esse sai, esse tá amargo; esse tá da medida; este azedou enfim – quatro anos disso e equipa bem formada à satisfação do treinador parece impossível (até mesmo para ele).

Ainda a marcar a nossa actualidade esteve a baixa do IVA e alguns reportes de baixas de preços que levam a perguntar qual será o efeito de uma baixa de preços eleitoral e que, passadas as eleições, pode bem desvanecer

S.O.S. ANGOLA SUL
Da guerra para a paz

Cáritas de Angola
Serviço Social da Igreja Católica

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLL

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV. 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Nguabi n.º 1 distrito urbano da Maianga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631

a necessidade da preocupação com o bolso dos cidadãos? Como é que é para levar a sério uma medida instruída em período eleitoral e como é que explicam ao eleitorado não terem baixado os preços mais cedo se até o podiam fazer administrativamente como estão a fazer agora?

Voltando ao Facebook e à nossa realidade, na semana que passou, a UNITA usou o Facebook para publicar os seus números de conta e recolher donativos no que foi comentado por alguns membros daquele partido como uma acção bem sucedida que se tornou em mais uma demonstração do interesse popular com o

que se passa dentro do partido do ‘galo negro’. E esta é uma novidade interessante porque, como apontava o Frei Hangalo, (que dá catequese, aulas de java e de bases de dados online e que é um exemplo de como as novas gerações podem trazer inovação até às estruturas mais rígidas e tradicionais como a Igreja Católica), essa foi uma acção de ‘crowdfunding’ – financiamento colaborativo – que foi uma estreia a nível da nossa política nacional.

E esta estreia tem relevância para além da novidade que marca a actualidade. Esta nova forma de financiamento partidário tem o

potencial de trazer bastante mais transparência ao financiamento dos partidos e de contribuir para a democratização por via da participação popular directa. E agora pergunto eu, haverá alguma dúvida de que o financiamento dos partidos é uma das muitas áreas cinzentas pantanosas que temos no país? Quem pode separar as contas do partido no poder das do Estado? Nessa promiscuidade entre o que é do Estado do que é usado pelo partido-Estado, há alguma consulta ou benefício para a população? Segundo reportes de diferentes meios, um dos grandes impeditivos das investigações pro-

metidas pelo combate à corrupção foram precisamente os fundos que foram desviados para financiar o MPLA e a sua manutenção do poder. Ouviram-se muitos “investiguem que eu vou falar de quanto paguei para a eleição do partido” – assunto inconveniente e que teria o potencial de impedir qualquer investigação séria.

Uma das coisas que o partido-Estado impede é que o público saiba quanto custam as campanhas eleitorais e de onde vem o dinheiro que as custeou, como se sabe noutros países que primam pela democracia e que separam gestão partidária de gestão pública.

E, esta ferramenta de financiamento e outras que apelam ao público, para além de mais inclusiva e participativa, porque qualquer cidadão pode contribuir e com isso sentir-se parte do processo político, é uma ferramenta bastante poderosa. Em 2019, havia estatísticas a apontar para mais de dois mil milhões de dólares angariados em campanhas só do Facebook que é apenas uma das plataformas sociais. E numa realidade em que o poder é de tal ordem que pode até congelar contas dos partidos na oposição enquanto não lá está o líder que querem que lá fique, todas as ajudas vindas de fontes alternativas são certamente preciosas. E são também uma maneira de mostrar limites ao poder uma forma de o contrariar.

Voltando ao Facebook vale ainda lembrar outro paralelo a seguir, a necessidade de re-branding de uma companhia que vale perto de um bilião de dólares devia ser também uma lição para os nossos líderes.

O re-branding que é basicamente um reformular de marca um reinventar-se com foco num objectivo de futuro. E ocorre que os partidos da libertação, que vivem marcados pelo passado e habituados a deificar um ou outro chefe como meio de sobrevivência, vão-se provando cada vez mais incapazes de levar o país para uma realidade que saia de vez da tal idade média precisam de re-branding. E é por isso que novidades como o uso de tecnologias para tornar a política mais inclusiva e mais participativa animam, são um sinal desse re-branding, trazem frescura. E essa frescura é instrumental, caras frescas e promessas de futuro que dialoguem com o eleitorado jovem que é maioria no país e que promovam de diferentes formas mais transparência, mais separação entre o que é partidário e o que é do Estado.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



David Manuel Pires, director da Extrulider

A entrevista ao director geral da Extrulider, empresa de alumínio foi o tema mais comentado na página do VE esta semana que contabilizou esta semana perto de 10 mil interações, entre comentários, emoções e partilhas, alcançando quase 100 mil internautas. David Pires é assertivo, vê “muita gente a comer nos contentores de lixo e se nada mudar” o futuro será complicado.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Bruno Escócia

A burocracia retarda o progresso de uma nação, se na verdade o executivo quer ver esta selva a dar passos gigantes é necessário que haja uma política que facilita na aquisição dos próprios licenciamentos, e isso também atrai os investidores e, também uma das causas que faz com que o investidor perca este interesse é a corrupção, o executivo deve criar medidas que facilita a vida do investidor, o investimento gera emprego e, se o executivo quer baixar com o nível de desemprego deve pensar seriamente nesses homens.



Frank Arqueado Francisco Arqueado

O que faz isso é falta de humildade e amor pelo ser humano não normal um Presidente tem mais ódio do que amor ao povo



Gerson Martins Luís

A explosão populacional, coadjuvada pela explosão da pobreza, mendigos em tudo que são esquinas das ruas, onde há lojas, mercados, ou ruas de movimentos grandes, denota claramente, uma instabilidade social as portas, caso não se refazerem as formas de fazer política em Angola, enquanto detentores de poderes... Uma competente análise e muito bem conseguida pelo entrevistado e claramente, o jornalista fez as questões da actualidade socioeconómica, que preocupam a todos



Micael Lutango

Quem dirige o País está de olhos vendados, todo mundo vê mas eles, nhente... aqui esta tudo bem



Rodrigo Guimaraes

Micael Lutango olhos vendados ou fechados propositadamente para não trabalharem. Olhos vendados e quando alguém forçosamente tapa os olhos de outrem. A falta de consciência principalmente de que apoia esses políticos na gestão desastrosa ainda batem palmas ao sofrimento do POVO



Nelo CF

O mundo da construção em si está muito caro e cada vez mais caro desde 2018 e piorou mais ainda desde k implementaram o tal dito IVA e pra não falar da própria depreciação da moeda



Alfredo Nathaniel

Infelizmente, quando alguém se faz de Deus, as consequências podem demorar, mas quando chegar dinheiro nenhum vai evitar...Se puder podem roubar tudo, até enfiarem em buracos que o sol não chega, só não podem esquecer que quando o povo se farta, não há opressão que o pare. A fome activa os instintos menos impensáveis!!



Claudia Serrote Claudeth

Que pena que não temos como sair daqui



Ricardo Pires

Mas ainda há dúvidas??? Mas ainda há dúvidas que...INFELIZMENTE...um país fantástico daqueles, foi roubado até ao zero e agora é cair a pique?? Há dúvidas, que...INFELIZMENTE...acabará por dar numa guerra civil tal e a pobreza que a maioria está. Cá estaremos para ver



Dom Feliciano Ernesto

Os problemas de licenciamentos de empresas em Angola é um dos casos que afugenta muitos investidores pesados, porque os tais corruptos para dar aceitar dar a licença ele tem que ser sócios a custo zero, a contribuição dele é influência e muitos desistem. Que pena o africano, essas alianças que fazem com as trevas são sujas demais



Nelson Marinho

O pior é que é verdade...



Wassamba Weza Maiena

Enquanto uns fingem que está tudo em ordem, todos sabemos que o navio está a submergir.



Adriana Augusto

Á mesmo muita fome aqui em Angola ...



Doneta Nfulo Nfulo

Isso é bom para eles assim mais gente morre, deixando o vazio para os amigos, filhos dos amigos kunangas nos seus respetivos países, inferno está pipocando

Covid-19

PELO REINO UNIDO

Vacinas administradas em Angola reconhecidas

As vacinas contra a covid-19 administradas em Angola vão ser reconhecidas pelo Reino Unido a partir de segunda-feira, data em que o governo britânico vai eliminar a chamada 'lista vermelha' de viagens internacionais.

O ministro dos Transportes britânico, Grant Shapps, confirmou, por escrito, ao parlamento, que Angola é um dos 31 países e territórios cujos passageiros vão poder evitar quarentena e testes adicionais nas viagens para o país.

Actualmente, Portugal e Brasil são os únicos países lusófonos entre mais de 135 países e territórios mundiais cuja vacinação contra o novo coronavírus é reconhecida pelas autoridades britânicas, deixando de fora Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe



e Timor-Leste.

Os passageiros que não estão vacinados, só estão parcialmente vacinados ou não têm as vacinas reconhecidas estão obrigados a apresentar testes pré-partida, fazer tes-

tes no segundo e oitavo dia após a chegada e cumprir quarentena de 10 dias, que pode ser na própria residência ou outro local à escolha.

Shapps também anunciou a saída dos sete países que ainda per-

maneciam na "lista vermelha" de viagens internacionais, nomeadamente a Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Peru e Venezuela.

Os viajantes daqueles destinos estavam sujeitos à quarentena de 10 dias num hotel designado a um custo de 2.700 euros, além de testes no segundo e oitavo dia.

A variante Delta é agora "dominante na maioria dos países ao redor do mundo" e o ministro justificou que "isso significa que o risco de variantes conhecidas que entram no Reino Unido foi reduzido e o Governo pode remover com segurança esses sete destinos da lista vermelha".

No entanto, o Governo não exclui voltar a acionar a "lista vermelha" se a pandemia piorar.



EM NOVEMBRO

Angola retoma ligação aérea com o Brasil

Angola vai retomar a ligação aérea com o Brasil, com uma frequência semanal, que se encontrava temporariamente interrompida devido à pandemia da covid-19.

O anúncio foi feito pelo coordenador da Comissão Multisectorial de Combate à Covid-19, Francisco Furtado, quando apresentava o novo Decreto Presidencial sobre o estado de Calamidade Pública, que, no essencial, traz as mesmas medidas do diploma anterior, que terminou no dia 30 de Outubro. Segundo o também ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, o decreto obriga os viajantes do Brasil para Angola, em caso de resultado positivo do teste pós-desembarque, a ficarem em isolamento institucional, ou seja, quarentena institucional, após avaliação médica.

Francisco Furtado disse que o novo decreto mantém temporariamente suspensa a entrada em Angola de cidadãos provenientes da Índia por qualquer via.

APÓS ANO E MEIO

Tailândia acolhe primeiros turistas sem quarentena



Dezenas de milhares de viajantes são esperadas em Bangucoque e na ilha Phuket, um renascimento esperançoso para a indústria turística da Tailândia

após um ano e meio de bloqueio. A pandemia atingiu duramente a economia dependente do turismo do país, que, no ano passado, registou os piores resul-

tados desde a crise financeira asiática de 1997.

As autoridades tailandesas deram luz verde aos turistas vacinados de mais de 60 países

"de baixo risco" para visitarem a Tailândia sem quarentena.

O aeroporto Suvarnabhumi de Bangucoque e o terminal internacional na cidade meridional de Phuket serão os primeiros a receber visitantes.

Na véspera da reabertura, os vendedores de praia em Phuket aguardavam com expectativa o afluxo esperado.

A "caixa de areia" foi o nome dado ao programa piloto que permitiu a Phuket reabrir em Julho passado aos turistas vacinados na condição de permanecerem na ilha durante uma quinzena antes de lhes ser permitido viajar para outro lugar na Tailândia.

Mas isto atraiu apenas 60.000 visitantes em quatro meses.

"A coisa mais importante em que o governo e eu estamos a pensar neste momento é em voltar a normalizar o modo de vida das pessoas", declarou o primeiro-ministro, Prayut Chan-O-Cha.

O turismo é responsável por quase um quinto da economia e o impacto da pandemia alastrou a sectores desde a restauração aos transportes.

O SECRETÁRIO-GERAL da ONU, António Guterres, defendeu esta segunda-feira que o facto de se ter atingido cinco milhões de mortos por covid-19 representa “uma vergonha global” e significa que “se está a falhar a boa parte do mundo”.

LÍDERES DO G20

70% do mundo deve estar vacinado em 2022

Os líderes do G20 comprometeram-se a atingir pelo menos os 70% de vacinados no mundo em 2022, distribuindo a vacina contra o coronavírus a países pobres.

Os ministros da Saúde e da Economia das economias mais industrializadas do mundo tinham evocado a intenção de alcançar tal objectivo, proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O acordo passa por conseguir vacinar 40% da população mundial este ano e chegar aos 70% em 2022, como referiu o primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, anfitrião da cimeira, na abertura da reunião.

Isto para “atingir o objectivo de uma verdadeira e equitativa recuperação”. No primeiro dia de debate, o G20 realizou um painel sobre ‘Economia e Saúde Global’ para discutir soluções para a crise sanitária causada pela pandemia da covid-19, no último ano e meio, questão incluída em muitos dos discursos dos líderes das principais economias do planeta.

Muitos defenderam a necessidade de prosseguir uma política multilateral em busca dessas soluções.

Para atingir a meta acordada, além da doação de vacinas a países em desenvolvimento, foi discutida a necessidade de aumentar a capacidade produtiva e transferir tecnologia, por exemplo, para África, também para prevenir futuras crises sanitárias.



VACINAÇÃO PARA TODOS OS COLABORADORES

Moçambicanos querem medidas para reabrir praias

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) defende medidas que possam garantir em segurança sanitária a reabertura das 21 principais praias moçambicanas, interditadas para prevenir a covid-19.

O presidente moçambicano, Filipe Nyusi, anunciou um alívio de restrições a 23 de Setembro, incluindo a reabertura das praias, mas sem aglomerações.

No entanto, em 06 de Outubro, o Governo decidiu interditar as principais praias do país devido às enchentes, entretanto, verificadas.

Na última comunicação à Nação, em 24 de Outubro, o chefe de Estado prolon-

gou a medida até 20 de Dezembro, um dia antes do início do verão em Moçambique e do principal período de férias no país.

A situação tem prejudicado as principais estâncias turísticas, num sector que tem sido dos mais afectados com o impacto económico da pandemia de covid-19.

“Temos reunido, temos apresentado os problemas e dificuldades da actualidade do nosso sector, mas também soluções e propostas concretas que o sector privado está preparado para implementar de imediato”, refere a CTA.

Entre as medidas, está a “inscrição para a vacinação de todos os colaboradores do sector”.

As praias interditadas na zona sul de Moçambique são Costa do Sol, Katembe, Ponta do Ouro e Macaneta na região de Maputo, Bilene e Xai-Xai na província de Gaza e ainda Tofo, Barra e Guinjata, na província de Inhambane.

No centro, estão fechadas as praias do Estoril, Macúti e Ponta Gêa na cidade da Beira, a praia da Zalala em Quelimane e a praia fluvial do Revubué em Tete.

No norte estão interditadas as praias de Fernão Veloso e Chocas-Mar em Nampula, as praias de Wimbe, Maringanha, Sagal e Inos na cidade de Pemba e a praia de Chuanga em Metangula, no lago Niassa.

EM OUTUBRO

Rússia registou quase um milhão de novos casos

A Rússia somou quase um milhão de novos casos de covid-19 em Outubro, com o maior número de casos novos a ser observado na capital, seguida de São Petersburgo. Os quase 41.000 novos casos elevam para 978.242 o número de infecções registadas em Outubro, referem os dados da agência espanhola Efe.

Desde o início da pandemia, a Rússia registou 8.513.790 casos de covid-19, tornando-se o quinto país do mundo com o maior número de

casos, atrás dos Estados Unidos, Índia, Brasil e Reino Unido.

Já morreram 238.538 pessoas na Rússia vítimas desta doença, embora as estatísticas oficiais sobre o excesso de mortes dobrou esse número, e 7.358.539 doentes recuperaram.

As autoridades russas atribuem o aumento acentuado das novas infecções à agressividade da variante delta, à falta de cumprimento rigoroso das regras sanitárias por parte

de muitos russos e, sobretudo, à baixa taxa de vacinação no país.

O país, que foi pioneiro em registar a própria vacina contra a covid-19, tem 50.960.796 cidadãos com a vacinação completa, o que coloca a imunidade colectiva em apenas 46,8%.

O ministro da Saúde russo, Mikhail Murashko, afirmou no sábado que o número de pessoas vacinadas praticamente quadruplicou nos últimos dias.

Marcas & Estilos



Para verdadeiros cocktails

Inspirados nos Alpes da Itália, esses copos únicos à moda antiga são uma versão moderna desses produtos tradicionais e estão prontos para clássicos e verdadeiros cocktails. Esses copos da Monti SOF são uma maneira simples de elevar a configuração de um bar doméstico.



Utensílios úteis

Esta carteira da Field Tan é feita para caber convenientemente no seu bolso ou mochila. Use-a para carregar suprimentos de desenho, pentes, facas, utensílios ou o que quer que a sua aventura exija.



AUTOMÓVEL

Acabamentos requintados

Uma silhueta sensual, interior confortável e espaço de carga modulável, o novo Mégane Sport Tourer E-Tech híbrido plug-in alia o melhor do Mégane Sport Tourer e as vantagens da condução híbrida.

Uma grelha F1 emblemática da gama R.S. Line, um para-choques traseiro realçado por um tubo de escape cromado, jantes distintas em liga leve de 17" e 18", volante em couro, pedais desportivos em alumínio, estofos em Alcântara com apoios de cabeça integrados com linhas sensuais e acabamentos requintados.

AGENDA

LUANDA

DE 3 A 4 DE NOVEMBRO

Primeira capacitação dos representantes provinciais do Senadiac (Serviço Nacional dos Direitos de Autor e Conexos), a ter lugar nas instalações do Arquivo Nacional de Angola (ANA).

6 DE NOVEMBRO

O artista Nzaous, que venceu o Concurso Afrocomics, lança a primeira obra de banda desenhada "Taú", no CCBA, às 12h00. A banda desenhada é composta por 40 páginas e diz respeito a uma obra de ficção.

DE 9 A 10 DE NOVEMBRO

Concurso Universitário Angolano de Programa no Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências (Ispetec).

11 DE NOVEMBRO

Segunda Conferência Cristã sobre Crescimento Empresarial, no Hotel Palmeiras, às 09h00, com Rosário Neto, Dr. Walter Mandaza, Venceslau Pascoal, Andreia Martins e Vando Matias.

LIVROS



EM 'OS LIMITES DO CAPITAL',

Harvey une investigação sobre as dinâmicas espaciais do processo de urbanização, interpretação ambiciosa do legado de Marx e sensibilidade aguda para reestruturação económica em curso.



EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA.

Do mesmo autor de A lógica do cisne negro e Anti-frágil, um clássico que vai mudar a sua maneira de pensar sobre os negócios e o mundo.



TURISMO

Contemporaneidades arquitectónicas

Designada capital do Cazaquistão no final dos anos 90, Nursultan ostenta uma paisagem que brilha com a arquitectura moderna. Os quarteirões novos e antigos são divididos pelo Rio Ishim, com antigas estruturas da era soviética do lado norte e o quarteirão governamental e os monumentos, como a monolítica Torre Bayterek, espalhados pelo lado sul. A Avenida da República central é um pólo empresarial e de entretenimento.

Uma excursão de meio-dia é perfeita para aqueles com apenas algumas horas disponíveis para explorar a cidade.

Entre os restaurantes, está o Saksaul, em baixo de um arranha-céu super moderno, mas com um ambiente interno característico com visual e peças da cultura local. O cardápio inclui todos os pratos típicos cazaques. Pode começar por provar a deliciosa Beshbarmak, o prato feito com carne de cavalo e massa, ou o ombro de carneiro no forno, que pode ser acompanhado com vinho ou com kurmis, bebida típica à base de leite fermentado.

26.ª CONFERÊNCIA SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Líderes mundiais explicam como se propõem proteger o planeta

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. COP26 decorre seis anos após o Acordo de Paris, que estabeleceu como meta limitar o aumento da temperatura média global do planeta entre 1,5 e 2 graus célsius acima dos valores da época pré-industrial.

Até ao dia 12 de Novembro, líderes mundiais vão avaliar em Glasgow, na Escócia, como se propõem acelerar a redução de emissões de gases poluentes nos seus países.

As discussões começaram esta segunda-feira (1 de Novembro) na 26.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) e decorre seis anos depois do compromisso subscrito por quase todos os países do mundo para limitar o aquecimento global até ao fim do século.

O Presidente João Lourenço, que também participa no evento, deverá discursar esta terça-feira e explicar ao mundo o que de concreto Angola tem feito em defesa do Planeta.

Depois da Convenção, é então chegada a hora de os líderes assumirem prazos concretos e metas mais ambiciosas para reduzir emissões, passar de combustíveis fósseis para fontes de energia renováveis, comprometer fundos para ajudar os países mais pobres a adaptarem-se e chegar a acordo sobre o mercado de licenças de emissões poluentes.

No âmbito da Cimeira de Líderes, estão previstas apresentações científicas sobre o estado do clima global e sobre as consequências de não se conseguirem definir metas que permitam manter o aumento da tempera-



Cientistas vão avaliar as consequências de não se conseguirem definir metas que permitam manter o aumento da temperatura global 1,5 graus centígrados acima da temperatura da era pré-industrial.

tura global 1,5 graus centígrados acima da temperatura da era pré-industrial.

O primeiro-ministro britânico avisou os líderes mundiais que a “raiva e impaciência do mundo serão impossíveis de conter” se não conseguirem entender-se para conter as alterações climáticas, uma “máquina do apocalipse” que é preciso desarmar.

Na abertura da cimeira, Boris Johnson disse que “podemos não nos sentir um James Bond, mas temos a oportunidade e o dever de fazer desta cimeira o momento quando a Humanidade começou a desarmar essa bomba, o momento quando começámos irrefutavelmente a

MEMORIZE

● **Apesar dos compromissos assumidos, as concentrações de gases com efeito de estufa atingiram níveis recorde em 2020, mesmo com a desaceleração económica provocada pela pandemia de covid-19, segundo a ONU, que estima que, ao actual ritmo de emissões, as temperaturas serão no final do século superiores em 2,7 °C.**

virar a maré e a lutar contra as alterações climáticas”.

Caso contrário, “todas as promessas terão sido apenas ‘blá blá blá’ e a raiva e a impaciência do mundo serão impossíveis de conter”, alertou declarou o primeiro-ministro do Reino Unido, país anfitrião da cimeira, defendendo que a COP26 é o momento de as dezenas de chefes de Estado e governo presentes em Glasgow usarem a “criatividade, boa vontade e imaginação”.

Para Johnson, a maneira de “desarmar a máquina do apocalipse” é conhecida e inclui acabar com a utilização de carros com motores de combustão interna, acabar com as centrais eléctricas a carvão, travar e reverter a des-

florestação e reunir o dinheiro necessário para os países mais pobres poderem fazer o mesmo.

A Conferência do Clima segue-se à reunião de líderes do G20, que se realizou no sábado e domingo, em Roma, Itália, na qual concordaram em trabalhar para alcançar a neutralidade de carbono “por volta de meados do século” e prometeram acabar com o financiamento a fábricas de carvão a céu aberto até o final deste ano. No entanto, não chegaram a um acordo sobre eliminação progressiva do carvão no mercado interno.

“Embora eu acolha o novo compromisso do G20 com soluções globais, deixo Roma com minhas esperanças não realizadas, mas pelo menos elas não estão enterradas”, escreveu no Twitter Antonio Guterres, o secretário-geral da ONU.

No domingo, o presidente dos EUA, Joe Biden, disse em conferência de imprensa que, embora as pessoas estivessem decepcionadas com o facto de os líderes da Rússia e da China não “aparecerem” com compromissos sobre a mudança climática, aqueles que compareceram fizeram “um progresso significativo”.

Na COP26, estava prevista ontem uma comunicação por escrito do presidente chinês, Xi Jinping, cujo país é o maior emissor de gases de efeito estufa.

O presidente russo, Vladimir Putin, que preside a um dos três maiores produtores mundiais de petróleo, terá desistido de participar por videoconferência.

Educação & Tecnologia

COMUNICADO DE IMPRENSA

EM PARCERIA COM A UNITEL Huawei lança programa 'sementes para o futuro 2021'

PUBLICIDADE. Luanda, 28 de outubro de 2021 - A Huawei Angola e a Unitel apresentaram hoje o Programa de Responsabilidade Social Corporativa Sementes para o Futuro 2021, com início previsto para 1 de Novembro de 2021 a 8 de Novembro de 2021, que visa desenvolver talentos locais em TIC, aumentar a transferência de conhecimento.

É um programa sociocultural, socioeconómico e tecnológico que visa agregar valores a jovens talentos que cursam o ensino superior nas áreas de TIC.

O acto de inauguração teve lugar num hotel de Luanda e contou com a presença de convidados de honra, Secretário de Estado das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Domingos Neto, Embaixador da China em Angola, Gong Tao, O Embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto em formato online, o Director Regional de RH da Huawei Chen Yu, o CEO da Unitel Miguel Galdes e o CEO da Huawei Angola, Edric Chu.

Na sua intervenção, o Secretário de Estado das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira, disse ser um projecto muito importante para as TICS e Doing Business, contribuindo para a formação de muitos jovens em tecnologias e negócios, que o Governo felicita. "Os desafios do setor são imensos e a parceria entre a Huawei e a Unitel é de louvar, pois a pandemia mostrou a importância deste sector na economia do país, com destaque para o digital", destaca o responsável.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Domingos Neto, reitera palavras de urgência aos promotores do programa e defende que a iniciativa Huawei vai aumentar os níveis de formação dos nos-

so jovens, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho na fase dos desafios económicos e da revolução industrial 4.0.

Por sua vez, o embaixador da China em Angola, Gong Tao, diz estar convicto de que este programa, que começa hoje, dará frutos no futuro, sendo mais uma ocasião em que a China ajuda na digitalização de Angola como tem acontecido nos últimos tempos.

João Salvador dos Santos Neto (Embaixador da República de Angola na China) disse que;

É com grande satisfação que testemunhamos o compromisso da Huawei para com o mercado angolano, o que representa para o desenvolvimento do nosso país e é crucial para o desenvolvimento do nosso país. O compromisso com as tecnologias de informação e comunicação é fundamental para o desenvolvimento de um país e é exactamente isso que a Huawei, como uma das líderes mundiais, está fazendo em nosso país. A construção de um Parque de Inovação 5G em Angola, é ao mesmo tempo demonstração e

demonstração e a sua operacionalização no final do próximo ano e vai de alguma forma representar um grande salto na transformação digital de Angola.

Estas contribuições da Huawei ao nível da modernização e digitalização têm sido bem acompanhadas e elogiadas pelo mais alto representante da República, o Excelentíssimo Presidente João Gonçalves Lourenço e pelo ministro das telecomunicações e a Huawei não tem contribuído apenas para o Ministério das telecomunicações. Com isto em outros projectos de modernização e segurança pública (Projecto CISP) bem como outros apoios ao Ministério da Educação no âmbito da oferta de ensino ou aulas virtuais.

Aos nossos jovens seleccionados para esta formação deixamos aqui uma palavra de orgulho por termos sido escolhidos entre os melhores e, ao mesmo tempo, um conselho para valorizarmos os conhecimentos e experiências que lhes serão transmitidos. técnicos chineses experientes.

O CEO da Huawei, Edric Chu,

parabeniza todos os candidatos e reforça que o treinamento é uma oportunidade para conhecer melhor a China e a TICS. "Aproveitando esta formação, que já tem beneficiado muitos jovens para terem sucesso nas suas carreiras, agradecemos o apoio do Governo na implementação do programa e reafirmamos o nosso empenho na formação dos angolanos", disse o responsável.

O CEO da Unitel, Miguel Galdes, reafirma que estão a colaborar para o desenvolvimento das TIC em Angola através da criação de competências na formação de jovens, sendo que esta formação traduz também o bom relacionamento da Huawei e da Unitel com as instituições. Educação e governo angolanos, no âmbito da sua responsabilidade social.

No mesmo caminho, via online, o embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, disse que não há melhor investimento para o desenvolvimento de um país do que a formação dos seus recursos humanos, pelo que, graças à iniciativa das empresas envolvidas.

O "Programa Sementes para o Futuro 2021" promove uma maior compreensão e interesse no sector de TIC e incentiva a participação na comunidade digital. A Huawei coopera com a Unitel para desenvolver este programa desde 2019, que beneficiou mais de 120 estudantes universitários locais.

O programa terá início a 1 de Novembro e término em 8 de Novembro e será realizado online devido à pandemia global COVID-19. O pacote de treinamento inclui aspectos socioeconómicos, culturais e tecnológicos como; 5G, AI, Cloud etc.

O programa intensivo fornecerá um ecossistema aberto que apoia o aprendizado e o engajamento online. O programa está alinhado com as estratégias de digitalização de muitos países e ajuda a cultivar um pool de profissionais de TIC que são cruciais para o desenvolvimento da indústria, impulsionando assim o crescimento da indústria de TIC e ajudando a reduzir as taxas de desemprego de longa duração.

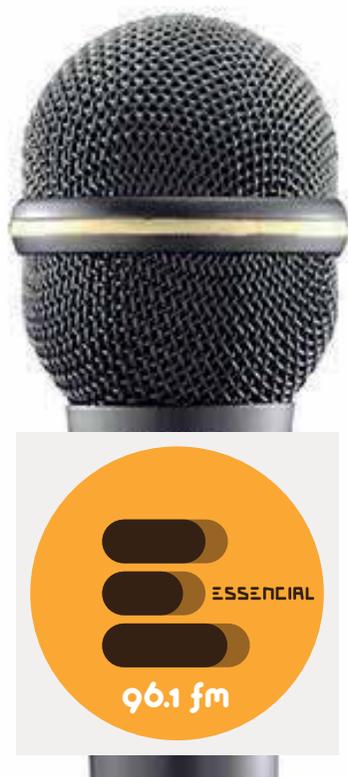
Os 51 participantes desta edição terão a oportunidade de conhecer e se conectar online com gerentes seniores de empresas famosas. Eles também participarão de uma série de conversas sobre tecnologia virtual com profissionais de tecnologia e um tour virtual pela sede da Huawei na China para aprender mais sobre as tecnologias mais recentes.

Após a conclusão da sessão de treinamento, a Huawei emitirá certificados de graduação para alunos formados e selecionará os melhores graduados para conceder prémios aos alunos mais destacados com as melhores classificações.



O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

7%

Nova taxa do IVA para produtos da cesta básica, a vigorar, temporariamente, em 2022, segundo o Governo. A medida tem como objectivo aumentar o poder aquisitivo das famílias.

Dois

Projectos ligados ao ouro que estão em fase de produção, dos 28 licenciados.

159

Mil milhões kz Dívida de clientes à Ende, em todo o país, desde o surgimento da pandemia da covid-19, em 2020, segundo a empresa.

67%

Proporção das pessoas, em Luanda, com conta bancária, revela um estudo da Marktest Angola.

PREVISÃO DO IFI

Angola com recessão de 1,6% este ano

A economia angolana deve registar um crescimento negativo de 1,6% este ano, antes de voltar à rota do crescimento prevista para 2022, ano em que se projecta uma expansão do PIB de 1,9%.

As previsões são do Instituto Financeiro Internacional (IFI) e constam de um relatório sobre fluxos de capital em 10 economias da África subsariana, enviado a credores e a que a Lusa teve acesso.

A análise do IFI reafirma a previsão avançada pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (Ceic) da Universidade Católica de Angola que, no Relatório Económico lançado Agosto último, antecipava um crescimento negativo de 1,98% em 2021. “Os mercados de fronteira da África subsariana estão a emergir do choque pandémico, mas o crescimento é comparativamente fraco”, argumenta Benjamin Hilgenstock, responsável do departamento de pesquisa económica do

IFI para a região.

Em termos globais, segundo cálculos do IFI, as 10 economias analisadas (Angola, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Quénia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) deverão crescer 3,5%, esperando-se um ligeiro aumento de 0,2 pontos percentuais em 2022, para 3,7%. “Projectamos uma forte recuperação no fluxo de capitais não residentes para 53,5 mil milhões de dólares em 2021, face aos 21,1 mil milhões de dólares do ano passado”, escrevem os analistas, alertando que, “apesar de a recuperação do Investimento Directo Externo ser robusta, investimentos persistentemente mais elevados serão necessários a médio prazo”.

Quanto aos riscos de financiamento, segundo os analistas, por terem registado aumentos no preço do petróleo, a principal fonte de receitas, Angola e a Nigéria estarão mais bem posicionadas.



PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

OPEP defende permanência de 400 mil barris/dia

O presidente em exercício da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Diamantino Pedro Azevedo, defende a manutenção do acordo que estabelece a subida da oferta em apenas 400 mil barris/dia, conforme definido anteriormente pelo grupo.

A intenção foi tornada pública durante o lançamento da primeira reunião que manteve com os membros da organização. Diamantino Azevedo afirmou, durante o certame, que não haverá necessidade de haver qualquer alteração à quota fixada, porque o mercado está projectado para estar em equilíbrio no quarto trimestre de 2021. “Na minha humilde opinião, o plano actual de aumentar a produção em 400 mil barris por dia, acordado em Julho pela OPEP+, está

a funcionar bem e não há necessidade de se desviar dele na próxima reunião que terá lugar a 4 de Novembro de 2021”, vaticina.

O também ministro angolano dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás assegura que as previsões apontam para um crescimento robusto em 4,2 milhões de barris por dia, em 2022, reconhecendo, por outro lado, muitas incertezas que podem afectar directamente o mercado petrolífero.

A OPEP é o grupo de 13 países associados produtores de petróleo. Já o mecanismo de concertação designado por OPEP+ é a associação entre os países da OPEP e os outros produtores de fora do grupo, liderados pela Rússia. Esse mecanismo é liderado pela Rússia e Arábia Saudita.